



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA

Rafaela Rebello Duarte

Variações da gramática neoliberal: trajetórias textuais em mídias digitais de três
representantes partidários no Brasil

Florianópolis

2021

Rafaela Rebello Duarte

Variações da gramática neoliberal: trajetórias textuais em mídias digitais de três
representantes partidários no Brasil

Dissertação submetida ao Programa de Pós-
graduação em Linguística da Universidade
Federal de Santa Catarina para a obtenção do
título de mestra em Linguística
Orientador: Prof. Dr. Daniel do Nascimento e
Silva

Florianópolis

2021

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Rebello Duarte, Rafaela
Variações da gramática neoliberal: : trajetórias
textuais em mídias digitais de três representantes
partidários no Brasil / Rafaela Rebello Duarte ;
orientador, Daniel do Nascimento e Silva, 2021.
92 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro de Comunicação e Expressão, Programa de Pós
Graduação em Linguística, Florianópolis, 2021.

Inclui referências.

1. Linguística. 2. Neoliberalismo. 3. Trajetórias
textuais. 4. Nova direita. I. do Nascimento e Silva,
Daniel . II. Universidade Federal de Santa Catarina.
Programa de Pós-Graduação em Linguística. III. Título.

Rafaela Rebello Duarte

Variações da gramática neoliberal: trajetórias textuais em mídias digitais de
três representantes partidários no Brasil

O presente trabalho em nível de mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Daniel do Nascimento e Silva, Dr.
Instituição UFSC

Prof.^a Letícia Cesarino, Dr.^a
Instituição UFSC

Prof. Walker Douglas Pincerati, Dr.
Instituição UTFPR

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que
foi julgado adequado para obtenção do título de mestra em Linguística pelo Programa de
Pós-Graduação em Linguística.

Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Prof. Daniel do Nascimento e Silva, Dr.
Orientador

Florianópolis, 19 de julho de 2021

Aos familiares e amigos que ao meu lado estiveram.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, pelo carisma paterno e pela sagacidade materna.

Ao meu irmão, pelo exemplo de determinação e resiliência.

À minha irmã, pela cumplicidade e pelas inúmeras gargalhadas.

Ao meu sobrinho e à minha sobrinha, pela leveza da infância.

À Maria Teresa, pelo seu delicado e cirúrgico ato da escuta.

Ao Rodrigo, amabilíssimo e leal amigo.

Ao Prof. Daniel, pela orientação e compreensão.

Ao Prof. Marco, pela viagem ao túnel do tempo da sintaxe.

À Profa. Letícia e ao Prof. Walker, pelas contribuições e sugestões.

Aos grupos e projetos de pesquisa da UFSC, pelas trocas e diálogos.

Ao CNPq, pelo financiamento da bolsa de pesquisa.

Às pessoas, pelo processo subjetivo do atravessamento.

Não era propriamente conversa: eram frases soltas, espaçadas, com repetições e incongruências. Às vezes uma interjeição gutural dava energia ao discurso ambíguo. Na verdade nenhum deles prestava atenção às palavras do outro: iam exibindo as imagens que lhes viam ao espírito, e as imagens sucediam-se, deformavam-se, não havia meio de dominá-las. Como os recursos de expressão eram minguados, tentavam remediar a deficiência falando alto.

(RAMOS, Graciliano 1983)

RESUMO

Esta dissertação trata da investigação da variação de uma gramática neoliberal nas mídias sociais a partir de três representantes partidários eleitos no processo eleitoral brasileiro de 2018, a saber, Vinicius Poit (NOVO/SP), Felipe Francischini (PSL/PR) e Luisa Canziani (PTB/PR). Assumo, nesta pesquisa, que o neoliberalismo ultrapassa a esfera econômica, atuando na construção de identidades sociais, mais especificamente, em identidades linguísticas político-partidárias. A gramática neoliberal, nesse sentido, são padrões gramaticais performativos decorrentes da expansão das mídias digitais, as quais são resultado do processo de globalização. A base metodológica utilizada foi a etnografia digital, a qual permitiu a coleta de dados empíricos retirados das mídias sociais *twitter*, *instagram* e *youtube* a partir do ano de 2018 de três representantes partidários bem como os documentos oficiais dos partidos aos quais são filiados que lançam as diretrizes partidárias. Essa investigação permitirá responder às questões sobre como os usuários indexalizam uma gramática neoliberal e como essa gramática descortina a identidade da nova direita político-partidária no Brasil. Os resultados apontam para i) padrões gramaticais performativos regidos por enunciados linguísticos não espontâneos; ii) para uma variação na gramática neoliberal dos representantes partidários analisados configurando padrões do tipo [+/- liberal], [+/- conservador], [+/- polido] e [+/- inovador]; iii) consonância entre os representantes partidários e os documentos oficiais de seus respectivos partidos.

Palavras-chave: Neoliberalismo 1. Trajetórias textuais 2. Nova direita 3.

ABSTRACT

This dissertation deals with the investigation of the variation of a neoliberal grammar in social media from three party representatives elected in the 2018 Brazilian electoral process, namely, Vinicius Poit (NOVO/SP), Felipe Francischini (PSL/PR) and Luisa Canziani (PTB/PR). I assume, in this research, that neoliberalism goes beyond the economic sphere, acting in the construction of social identities, more specifically, in party-political linguistic identities. Neoliberal grammars, in this sense, are performative grammatical patterns arising from the expansion of digital media, which are a result of the globalization process. The methodological basis used was digital ethnography, which allowed the collection of empirical data taken from the social media twitter, instagram and youtube from the year 2018 of three party representatives as well as the official documents of the parties to which they are affiliated that release party guidelines. This investigation will allow us to answer the questions about how users indexalize a neoliberal grammar and how this grammar unveils the identity of the new party-political right in Brazil. The results point to i) performative grammatical patterns governed by non-spontaneous linguistic utterances; ii) a variation in the neoliberal grammar of the analyzed party representatives configuring patterns of the type [+/- liberal], [+/- conservative], [+/- polished] and [+/- innovative]; iii) consonance between the party representatives and the official documents of their respective parties.

Keywords: Neoliberalism 1. Textual trajectories 2. New right 3.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Ascensão do neoliberalismo na década de 70.....	31
Figura 2 – Imagem da dep. federal Luisa Canziani.....	53
Figura 3 – Partido Trabalhista Brasileiro	58
Figura 4 – Imagem do dep. federal Felipe Francischini.....	68
Figura 5 – Partido Social Liberal	78
Figura 6 – Imagem do dep. federal Vinicius Poit.....	85
Figura 7 – Partido NOVO	88

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Grupos indexicais dos três representantes partidários.....	32
---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

PSL Partido Social Liberal

PTB Partido Trabalhista Brasileiro

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
1.1	QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE	13
2	NEOLIBERALISMO	14
2.1	O NEOLIBERALISMO NO BRASIL	20
2.2	IDENTIDADE DA NOVA DIREITA NO BRASIL.....	21
3	ENTEXTUALIZAÇÃO E ORDENS DE INDEXICALIDADE.....	24
3.1	METODOLOGIA.....	30
3.1.1	<i>Corpus</i>	31
4	DEPUTADA FEDERAL LUISA CANZIANI E PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)	34
4.1	TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DA DEP. FEDERAL LUISA CANZIANI.....	34
4.2	TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO PTB....	38
4.3	FAMÍLIA E EDUCAÇÃO	41
4.4	EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE: O SISTEMA 4.0.....	43
4.5	PRIVATIZAÇÕES	44
4.6	ESTADO PUNITIVO.....	46
4.6	SÍNTESE DO CAPÍTULO.....	46
5	DEPUTADO FEDERAL FELIPE FRANCISCHINI E PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL).....	49
5.1	TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DO DEP. FEDERAL FELIPE FRANCISCHINI.....	49
5.2	CIDADÃOS DE BEM E O DESEJO PELA ORDEM	53
5.3	<i>HOMESCHOOLING</i> E A ESFERA FAMILIAR.....	57
5.4	TRAJETÓRICA HISTÓRICA DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)	59
5.5	“O ÍNDIO QUER PRODUZIR, NÃO MORRER DE FOME”	66

6	DEPUTADO FEDERAL VINICIUS POIT E PARTIDO NOVO	
(NOVO)	67	
6.1	TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DO DEP. FEDERAL VINICIUS POIT	67
6.2	TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO NOVO: DOCUMENTOS OFICIAIS.....	70
6.3	ANTAGONISMO: O ESTADO COMO INIMIGO.....	75
6.4	INVERSÃO: EMPREENDEDORES DESASSISTENCIALIZADOS.....	78
6.5	BOQUINHA	79
6.6	MERITOCRACIA.....	80
6.7	MERITOCRACIA.....	803
7	CONCLUSÃO.....	844
8	REFERÊNCIAS.....	86

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objetivo investigar as variações do que podemos chamar uma “gramática neoliberal” a partir de três representantes partidários no Brasil, visando à emergência de uma gramática neoliberal. Segundo Cesarino (2019, 2020, 2021), a gramática neoliberal pode ser definida como uma estruturação discursiva que perpassa diferentes esferas sociais. Esse fenômeno diz respeito a padrões discursivos elementares, bivalentes e geralmente dicotômicos, que resultam da ação dos agentes políticos em mídias digitais e dão a ver a correlação entre neoliberalismo e conservadorismo. Trata-se de uma proposta de entender a mútua construção de mecanismos digitais e do neoliberalismo realmente existente (CESARINO, 2019; MIROWSKI). Para esse fim, utilizei como base metodológica a etnografia digital, que permitiu a coleta empírica de dados linguísticos retirados de mídias digitais de três deputados federais eleitos no processo eleitoral de 2018 no Brasil, a saber: deputado federal Vinicius Poit, eleito pelo Partido Novo (doravante, NOVO), deputada federal Luisa Canziani, eleita pelo Partido Trabalhista Brasileiro (doravante, PTB), e Felipe Francischini, eleito pelo Partido Social Liberal (doravante, PSL). Essa investigação permitirá responder às questões sobre como os usuários indexalizam (SILVERSTEIN, 2003) a gramática neoliberal (CESARINO, 2019, 2020, 2021) e como essa gramática descortina a identidade da nova direita no Brasil.

De forma a contextualizar o tema neoliberalismo, no artigo “*Neoliberalism: oversold*”, escrito por Ostry, Loungani e Furceri (2016) e publicado pela revista *Finance & Development*, do Fundo Monetário Internacional (FMI), são assumidas as duas ideias centrais da agenda neoliberal: aumento da concorrência, que implica a desregulamentação e abertura de mercado, e uma menor intervenção do Estado na economia, que visa às privatizações. Inicialmente, a agenda neoliberal parece atuar com propósitos econômicos, no entanto a dimensão da agenda levou estudiosos a cunhar o termo como uma racionalidade neoliberal. Isso pelo motivo de o plano exceder a esfera econômica e atingir a esfera das relações humanas. Situada no campo da teoria crítica, Brown (2019, p. 17) argumenta que o neoliberalismo ultrapassa a esfera econômica, perpassando a construção subjetiva social, que agrega os valores morais e racionais de uma sociedade, a saber, lei, cultura e subjetividade política.

Nessa perspectiva, é sabido que neoliberalismo opera de forma globalizada, o que implica, no contexto desta pesquisa, entender essa disseminação por meios tecnológicos e digitais. Estudos mostram que, no âmbito político, as mídias digitais são palco para campanhas eleitorais, conforme constataram Cesarino (2019) e Silva (2020) em relação ao processo eleitoral de Jair Bolsonaro, atual presidente do Brasil, e conforme aponta Alexander (2018) sobre a presidência de Donald Trump, nos Estados Unidos. A expansão das redes digitais, resultado de uma racionalidade neoliberal, permite que as iniciativas dos indivíduos e as próprias campanhas eleitorais ultrapassem as perspectivas tradicionais do processo democrático, como as tradicionais campanhas de base e face-a-face nos movimentos sociais. Permite, ainda, que esses indivíduos colapsem distinções tradicionais, como a de “políticos” e “*influencers*” digitais, gerando uma gama considerável de novas ações performativas. Nessa direção, assim, percebe-se que a gramática neoliberal é performativa, isto é, ela gera uma série de efeitos nas sociedades contemporâneas. Do ponto de vista da performance, observam-se usos não espontâneos dos recursos linguísticos, que são operados a fim de atingir um determinado público, no caso, o público eleitor.

É relevante apontar que o liberalismo surgiu por meio de Adam Smith no século XVIII fundamentado na liberdade e igualdade perante à lei, defendendo, sobretudo, o direito à vida, à propriedade e uma menor intervenção do Estado. Nessa perspectiva, o modo como alguns representantes da nova direita se apropriam do termo difere do significado da literatura. A identificação com o neoliberalismo, mais coerente aos representantes da nova direita, inicia a partir dos anos 1940 com Friedrich Hayek e Ludwig von Mises.

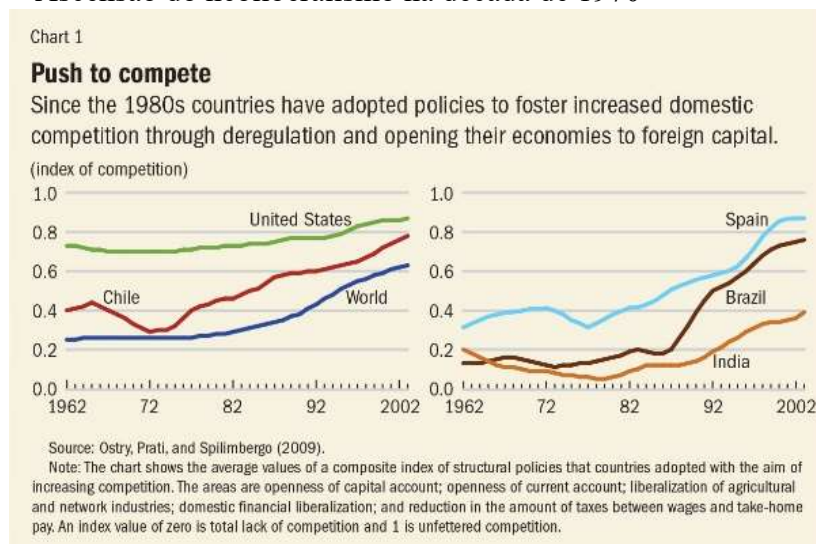
1.1 QUESTÃO DE PESQUISA E HIPÓTESE

Nesse sentido, busco responder à questão: de que maneira três representantes partidários da nova direita se apropriam de recursos linguísticos e, assim, contribuem para a emergência da gramática neoliberal que se associa às mudanças políticas no Brasil? A hipótese é a de que os três representantes partidários indexicalizam, por meio de itens e sentenças linguísticas, uma gramática neoliberal performativa, que resulta da expansão das redes digitais.

2 NEOLIBERALISMO

O coletivo do pensamento neoliberal iniciou pelos autores Ludwig Von Mises, Friedrich Hayek e Milton Friedman fundamentado em uma agenda que defendia, em essência, dois principais pontos: medidas favoráveis à livre concorrência, a ser atingida pela abertura e desregulamentação do Estado, e a diminuição da participação do Estado, a ser alcançada por privatizações e diminuição dos gastos governamentais (ver Ostry, Loungani e Furceri, 2016). Para Rodrik (2017), a agenda neoliberal consolidou-se por meio da desregulamentação financeira e a globalização econômica, chegando ao ápice na década de 1990. O gráfico abaixo ilustra a ascensão do neoliberalismo a partir da década de 1970, sendo os anos 1990 o período de fortalecimento da agenda.

Figura 1 – Ascensão do neoliberalismo na década de 1970



Fonte: Ostry, Loungani e Furceri (2016)

Na história, o primeiro país implantar uma agenda neoliberal foi o Chile. Podemos entender a implementação do plano neoliberal nesse país como uma experiência, a qual foi condicionada pelo grupo “*Chicago Boys*”, coordenado por Milton Friedman, precursor do neoliberalismo estadunidense. Conforme Harvey (2008), o plano foi instalado no pós-golpe de Pinochet, que foi patrocinado por elites financeiras nacionais e internacionais, e visava ao rompimento do Estado de bem-estar social. O grupo era financiado pelos Estados Unidos, que pretendiam “neutralizar tendências de esquerda na América Latina” (HARVEY, 2008, p. 18).

Em artigo, Rodrik (2017) defende que é difícil definir o termo neoliberalismo, o qual é caracterizado, em termos gerais, pela preferência pelo mercado no lugar da atuação

do Estado, por incentivos econômicos ao invés de normas culturais, e pela privatização no lugar de ações coletivas. Segundo Rodrik (2017), o termo é usado para descrever qualquer coisa que chegue à desregulamentação, à liberalização, à privatização ou à austeridade fiscal, chegando a ser utilizado como insulto a políticas que geram insegurança econômica e desigualdade (Ostry, Loungani e Furceri, 2016). Além disso, conforme Rodrik, o neoliberalismo nos direcionou à perda de valores e ideais políticos. Embora seja um termo “escorregadio” ou “instável”, não é irreal. No que tange ao termo, Brown (2019, p. 48), dentro de sua crítica ao neoliberalismo, afirma que “o desmantelamento da sociedade envolve a negação de sua [do neoliberalismo] existência”.

Em artigo intitulado “*Neoliberalism: oversold*”, publicado pela revista do Fundo Monetário Internacional (FMI), Ostry, Loungani e Furceri (2016) defendem que o neoliberalismo não cumpre todas as pautas em sua agenda elencadas. Embora os autores reconheçam os pontos positivos, eles não são suficientes. Eles argumentam que as políticas de implementação do neoliberalismo geram desigualdades e desestabilização na economia de países. Não ousou aqui discutir questões de ordem literalmente econômica, mas é relevante mostrar como os autores expõem os pontos divergentes da agenda neoliberal:

Mesmo que o crescimento seja o único ou principal objetivo da agenda neoliberal, os defensores dessa agenda ainda precisam prestar atenção aos efeitos distributivos.

[...] os benefícios de algumas políticas que são uma parte importante da agenda neoliberal parecem ter sido exagerados.

O aumento da desigualdade gerado pela abertura financeira e austeridade pode minar o crescimento, exatamente o que a agenda neoliberal pretende aumentar.

Essa ideia nos leva a pensar na relação entre o Estado e o mercado. Grosso modo, o plano neoliberal propõe pautas que exigem do Estado a criação e a preservação de uma estrutura institucional que vise à liberdade, à qualidade e à integridade do dinheiro. Trata-se de um Estado que ofereça e garanta subsídios para que empreendimentos sejam feitos, mas que não deve interferir na forma como esses subsídios serão administrados. Harvey (2008) delimita a composição da agenda neoliberal: o Estado deve criar, garantir, estabelecer e assegurar planos, mas não deve se aventurar para além dessas ações. Abaixo, uma citação mais longa da argumentação de Harvey (2008, p. 12):

O neoliberalismo é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser mais bem promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do

Estado é **criar** e **preservar** uma estrutura institucional apropriada a essas práticas; o Estado tem de **garantir**, por exemplo, a qualidade e a integridade do dinheiro. Deve também **estabelecer** as estruturas e funções militares, de defesa, da polícia e legais requeridas para garantir direitos de propriedade individuais e para **assegurar**, se necessário pela força, o funcionamento apropriado dos mercados. Além disso, se não existirem mercados [...] estes devem ser criados, se necessários, pela ação do Estado. **Mas o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas.** As intervenções do Estado no mercado [...] devem ser mantidas num nível mínimo, porque, de acordo com a teoria, o Estado possivelmente não possui informações suficientes para entender devidamente os sinais do mercado (preços) e porque poderosos grupos de interesses vão inevitavelmente distorcer e viciar as intervenções do Estado (particularmente nas democracias) em seu próprio benefício (grifos meus).

Mas, se “o Estado não deve se aventurar para além dessas tarefas” (HARVEY, 2008, p. 12), parece o neoliberalismo operar de modo arriscado. Ostry, Loungani e Furceri (2016) discutem em torno da dualidade entre abrir o mercado para o crescimento econômico e preparado para lidar com a instabilidade ou reduzir a abertura do mercado para manter um equilíbrio econômico. Essa dualidade nos leva a pensar que a estabilidade econômica de uma nação é arriscada em detrimento de um sistema quase “místico”, que opera com uma mão invisível, tendo em vista o propósito de expandir o mercado e ultrapassar os limites do autorregulamento. Isso mostra a falta de objetivo palpável do neoliberalismo, que parece operar na linha tênue sorte versus estabilidade do mercado.

No entanto, o neoliberalismo não atua apenas no contexto econômico – opera, também, nas relações humanas. O mercado passa a regular não somente a economia, mas as instituições da sociedade, o que levou alguns estudiosos a entender o neoliberalismo também como uma racionalidade. Nesse sentido, Foucault entendeu o neoliberalismo como uma “governamentalidade”, isto é, um modo de pensar a política, que ultrapassa apenas a essência econômica.

O neoliberalismo seria o contraponto de um Estado hierarquizado, pois sua emancipação ocorreria pela espontaneidade do mercado e moral. Na ausência de uma ordem social, a interdependência surge de indivíduos que seguem regras de conduta que emanam dos mercados e das tradições morais (p. 42), conforme menciona Brown a partir da leitura de Hayek. A racionalidade neoliberal, ou simplesmente neoliberalismo, seria um fim a ser alcançado de forma natural. Para Brown (2019, p. 44),

O mercado e a moral, portanto, não são nem compatíveis com a razão, nem a ela opostos, não são racionais nem irracionais. Eles perduram e são válidos porque surgem “espontaneamente”, evoluem e se adaptam “organicamente”, unem os seres humanos independentemente das intenções e estabelecem regras de conduta sem depender da coerção ou punição estatais. (p. 44)

As atribuições do neoliberalismo à subjetividade dos sujeitos nos levam a discorrer sobre as características de um sujeito neoliberal. É relevante mencionar que um dos pressupostos do neoliberalismo é a espontaneidade dos sujeitos (POLANIY, 2000). A mesma espontaneidade que atuaria na “evolução” natural da sociedade atinge a noção de espontaneidade nas ações humanas. Os indivíduos, nesse sentido, são como empreendedores de si mesmos, dispõem de iniciativa própria e louvam a criatividade. Nessa percepção, o capitalismo é ressignificado de modo que os sujeitos “transformam suas posses tempo, conexões e eus em fontes de capitalização” (POLANIY, 2000, p. 50).

No entanto, tais características destoam de um espaço social entendido como sistema democrático, o qual é atacado pelos neoliberais. Para Brown, “o social é o local em que somos mais do que indivíduos ou famílias, mais do que produtores, consumidores ou investidores econômicos e mais do que meros membros da nação.” (p. 36). Brown (2019) propõe que o ataque neoliberal ao social – entendendo social como “o local em que cidadãos de origens e recursos amplamente desiguais são potencialmente reunidos e pensados como um conjunto” (BROWN, 2019, p. 38) – gera uma cultura antidemocrática. Segundo a autora, a lógica neoliberal é a seguinte: se há uma democracia que visa à pluralidade e à coletividade no que tange à igualdade política, que é a democracia, há de ser atacada tal lógica em função de um plano que advogue o sujeito como agente de si e de sua própria liberdade.

Nesse sentido, segundo os intelectuais neoliberais, a decisão do povo fere a liberdade individual. Tanto Milton Friedman como Friedrich Hayek criticam a noção de social e se opõem à democracia, que seria, segundo eles, um poder coercitivo de uma maioria, o que mina a liberdade individual (BROWN, 2019, p. 81). A democracia é uma espécie de poder do povo, o que seria uma ameaça para a liberdade econômica e política. Logo, a democracia seria dependente da “vontade” do povo, ou melhor, de “uma maioria momentânea” (BROWN, p. 81, 2019).

A ideia de que a liberdade individual opera no liberalismo como norteadora das ações individuais vai de encontro, segundo Brown (2019), ao social. A democracia garante a atuação do povo enquanto atores sociais e impede que o poder seja governado por um público privado e restrito. Segundo a autora, “a igualdade política é a base da democracia”, e essa ação é anulada quando a transparência dos processos sociais como o direito ao voto e o acesso ao conhecimento são ofuscados. Assegurar tais condições significa garantir que quem está à margem ocupe seu papel de ator social. Do contrário,

o significado da etimologia *demos*, que significa povo, é anulado. A igualdade política só é alcançada com o equilíbrio do público e do privado, qualquer outro peso implica ações desconfortáveis à sociedade, em especial, aos que vivem à margem. A igualdade política, nesse sentido, é promovida e protegida, conforme Brown, por

ações estatais afirmativas para garantir condições adequadas de existência [...] que] são cruciais para prevenir a privação de direitos devido ao desespero. É vital também o apoio do Estado ao acesso à educação cívica de qualidade, ao voto e ao exercício de cargos para aqueles que, de outra forma, seriam efetivamente impedidos de compartilhar o poder político. A democracia também exige vigilância constante para impedir que a riqueza concentrada assuma o controle das alavancadas do poder político. (BROWN, 2019, p. 36)

No entanto, o espaço social como base para a trocas sociais tem sido remodelado pela esfera familiar. Com a ascensão do neoliberalismo no fim do século XX, houve um empoderamento da esfera familiar diante da esfera estatal, processo que vem sendo fortificado pela atual agenda neoliberal. Essas estratégias têm ressignificado a atuação do sujeito e família, posto que “delega-se [...] à família a tarefa de prover para todos os tipos de dependentes” (BROWN, 2019, p. 51). Porém, para a autora, “o social é o que nos conecta de maneiras que excedem os laços pessoais, a troca de mercado ou a cidadania abstrata” (BROWN, 2019, p. 53).

Na reforma, o neoliberalismo se apropria do que Fraser (2001) denominou de eixo redistribuição-reconhecimento, pensado aqui como o *slogan* liberal na economia e conservador nos costumes. Isso porque o sujeito liberal, enquanto produtivo para o Estado, insere-se no eixo redistribuição, ou seja, o eixo econômico, sendo que, a partir do momento que essa produtividade decair, cabe à família a responsabilidade de cuidar desse sujeito. Isso indica uma retroalimentação no slogan liberal na economia, e conservador nos valores, pois a família hierarquizada, em oposição ao Estado hierarquizado, seria capaz de sequencializar a estratégia “liberal na economia”, numa espécie de acolher aos que já foram úteis, e esse acolhimento só é possível se a família for o suporte. Ou seja, a imbricação entre liberalismo e conservadorismo, logo, redistribuição e reconhecimento, caracteriza-se por uma estratégia bivalente.

Nesse contexto, há um movimento global que visivelmente tem configurado a estrutura política dos partidos de direita, culminando em sua nova identidade: a nova direita. De um lado, há a essência neoliberal que prega “o favorecimento do capital, repressão do trabalho, demonização do Estado social e do político, ataque às igualdades e à exaltação da liberdade” (BROWN, 2019, p. 10), no entanto, do outro, estão perspectivas antidemocráticas, divisões de raça e religião e movimentos nacionalistas.

Essa é a nova identidade de um amplo espectro da direita contemporânea: uma direita conservadora – não nos moldes conservadores tradicionais – mas que se autodefine liberal na pirâmide econômica e conservadora nos costumes morais. Essa nova direita tem sido interpretada como uma direita neoliberal-neoconservadora, para além do liberal-conservador.

A singularidade dessa nova direita diz respeito à manipulação do que ela faz com o que se compreende por liberdade. A atual direita apropriou-se do termo e passou a aplicá-la como justificativa “de exclusões e violações às vezes violentas e que visam reassegurar a hegemonia branca, masculina e cristã, e não apenas expandir o poder do capital.” (BROWN, 2019, p. 20). Há, portanto, uma manipulação estratégica, ou melhor, metodológica, para assegurar os movimentos cada vez mais inescrupulosos os quais o sistema global tem enfrentado. Não à toa, *slogans* como “Polônia pura, Polônia branca”, do Partido Polonês da Lei e da Justiça, ou “Nossa cultura, nosso lar, nossa Alemanha”, do Alternativa para a Alemanha, ou Mantenha a Suécia sueca, de Democratas Suecos (BROWN, 2019), ou “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”, proferida pelo atual presidente do Brasil. Essa autodefinição é claramente visível em um dos pilares dessa configuração: o *trumpismo*. Esse fenômeno pode ser compreendido como uma agenda que defende uma redução de impostos a fim de maximizar da financeirização, ou seja, uma defesa estritamente conexa à raiz liberal, mas, por outro lado, um fechamento, no sentido literal, da globalização.

Inicialmente, parece lógico pensar na incoerência do *slogan* liberal na economia e conservador nos costumes. Brown (2019) menciona que os criadores do neoliberalismo ficariam horripilados com a atual configuração do neoliberalismo e no que ele se tornou – ou foi tornado. A autora é clara ao dizer que a atual configuração neoliberal não condiz com a essência dada pelos seus progenitores, com o pressuposto de que o neoliberalismo vai de encontro com a autocracia, o nacionalismo e o neofascismo. Eis, mais uma vez na história, a fragmentação das teorias quando aplicadas à prática. Nas palavras da autora,

[...] o neoliberalismo visou a imunização permanente das ordens de mercado contra o rebrotar de sentimentos fascistas e poderes totalitários. Ávidos por apartar a política dos mercados, os neoliberais originais teriam detestado o *crony capitalism* quando o poder oligárquico internacional gerado pelas finanças que hoje segura as rédeas dos Estados. Buscando colocar a política para fora dos mercados e a concentração de interesses econômicos para fora da elaboração das políticas, eles teriam deplorado a manipulação das políticas públicas por setores dominantes da indústria e do capital e teriam odiado a politização das empresas. Acima de tudo, eles temiam a mobilização política de cidadãos ignorantes e excitados e buscavam no mercado, na disciplina moral e numa democracia severamente cerceada as formas de pacificá-los e

contê-los. Eles teriam ficado horrorizados diante do **fenômeno contemporâneo** do surgimento de líderes ao mesmo tempo autoritários e imprudentes surfando nessa maré rumo ao poder. (BROWN, 2019, p. 19)

2.1 O NEOLIBERALISMO NO BRASIL

A agenda neoliberal no Brasil foi disseminada a partir dos *think tanks* neoliberais. Segundo Rocha (2017), os *think tanks* foram criados na primeira metade do século XX a fim de serem organizações privadas mantidas por pessoas físicas ou jurídicas que atuassem na difusão de ideais no campo das políticas públicas de forma “neutra” em relação a grupos específicos. No entanto, sua origem é questionada em função de *think tanks* surgidos na década de 70 com ideologias bem delineadas. O nome que melhor define o questionamento é a Heritage Foundation, uma instituição de direita. Segundo Rocha (2015, p. 264),

sua missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas na defesa da livre-empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais americanos e da importância de uma forte defesa nacional. Para conseguir influenciar o máximo possível o processo político nesta direção e obter o maior número de vitórias possível na chamada “batalha das ideias”, suas estratégias de marketing são direcionadas para um público alvo composto por membros do Congresso, membros de equipes parlamentares, formuladores de políticas públicas no poder executivo, mídia nacional, e comunidades acadêmicas.

O neoliberalismo foi difundido no Brasil, segundo Rocha (2018), por meio dos *think tanks* pró-mercado, que são: O Instituto Liberal, fundado em 1983 e inaugurado no Rio de Janeiro pelo canadense Donald Stewart Jr., o segundo foi o Instituto de Estudos Liberais, fundado em 1984 na cidade de Porto Alegre e inaugurado pelos irmãos e empresários William e Winston Ling, e, por fim, o Instituto Atlântico. Conforme menciona Rocha (2018), em 1980, o principal tradutor de Hayek no Brasil, José Stelle, retorna dos Estados Unidos com a ideia de fundar um *think tank* pró-mercado no Brasil.

Para melhor explicar essa dinâmica, cabe trazer a citação abaixo, que é um trecho extraído de uma carta escrita por José Stelle intitulada *Origem do Movimento Liberal no Brasil (1974-1985)* encaminhada ao Instituto Liberal em 18 de novembro de 2015, na qual Stelle conta sua história em relação à ideia de fundar um *think tank* no Brasil.

Na convenção do Libertarian Party da Califórnia de 1979, (José Stelle) ouviu um discurso de Roy Childs conclamando os libertários americanos a levarem a mensagem liberal-libertária para outros países. Foi esse discurso de Childs que estimulou Stelle a fazer finalmente algo em que já pensara no final do seminário de verão de 1978, quando conheceu Leonard Read, presidente da FEE (Foundation For Economic Education), e um dos grandes estrategistas do movimento desde 1946 e ex-amigo de Ayn Rand. Que coisa interessante seria

seguir a mesma profissão: fundar um instituto de estudos políticos e econômicos no Brasil, traduzindo livros, oferecendo seminários e construindo um cadre liberal. (...) Stelle então apresentou a ideia a Read, que mencionara ter alguns amigos no Brasil. Em março de 1980, Read deu-lhe uma carta de recomendação para ser entregue a seu amigo Paulo Ayres, em São Paulo, um dos organizadores da Revolução de 1964. Read conhecera Ayres numa de suas viagens pela América Latina quando era presidente da Câmara de Comércio de Los Angeles, antes de fundar sua FEE em 1946. Nos anos seguintes, sempre enviava mensalmente a revista *The Freeman*, da fundação, para Ayres. Logo após a eleição livre e princípios liberais publicados nessa revista ajudaram (juntamente com as obras de Ayn Rand) a definir alguns aspectos da Revolução de 1964. Stelle voltou ao Brasil e encontrou-se com Ayres no início de junho. Mas este, arbitrageur envolvido no processo de compra e venda de firmas, estava muito ocupado e desligado da política. Não apoiou a ideia de fundação de um instituto liberal no Brasil. Os acadêmicos eram na sua grande maioria socialistas de um tipo ou de outro, e a maioria dos empresários se beneficiavam tanto do intervencionismo e do mercantilismo brasileiro, que ninguém iria apoiar tal projeto. Em suma, não havia massa crítica da qual obter verbas e recrutar o pessoal necessário.

Rocha explica que Paulo Ayres Filho, citado na carta, era um neoliberal convicto e membro da Sociedade de *Mont Pèlerin*, mas que havia recusado o pedido de Stelle por desilusão. O nome de Henry Maksoud foi citado como um neoliberal em potencial, mas não havia acordo. O *think tank* permanecia apenas como ideia no Brasil. Havia a disseminação do neoliberalismo apenas pela revista *Visão*, do poder de Maksoud. Maksoud chegou, em 1988, a propor um texto base para a Constituição Federal, mas sem sucesso. Ainda em 1988, difunde suas ideias pró-mercado por meio de programa de televisão da TV Bandeirantes “Henry Maksoud e você”. O *think tank* veio a surgir em 1983 sob nome de Instituto Liberal.

2.2 IDENTIDADE DA NOVA DIREITA NO BRASIL

Rocha (2018), estudiosa da nova direita no Brasil, traça um panorama descritivo para entender a ascensão da nova direita no Brasil. No anos 2000, com a reeleição do ex-presidente do Brasil Luís Inácio Lula da Silva, um movimento anti-lulismo se fez presente, sobretudo, nas mídias digitais. Espaços online como fóruns, *blogs*, comunidades, *sites* e, principalmente, a rede social *orkut* contribuíram para a formação dos contra públicos digitais que deram origem à nova direita brasileira. Em tais espaços, eram discutidos temas como livre-mercado, defesa dos valores cristãos, cenário das políticas nacional e internacional. Diversos são os nomes que estiveram presentes no empreendimento digital de direita, sendo o nome mais elevado e referenciado pelos internautas o de Olavo de Carvalho. Em 1998, o autoproclamado filósofo cria o blog

intitulado *Sapientiam autem non vincit malitia*. Posteriormente, em 2002, empreende o site Mídia Sem Máscara, no qual passa a divulgar textos sobre filosofia, política e economia (ROCHA, 2018). Por fim, em 2006, passa a transmitir um programa de rádio nomeado *TrueOutspeak*. A essência da nova direita passa a vingar também em espaços culturais como editoração de livros. Nesse sentido, a consolidação do neoliberalismo no Brasil pode ser entendido a partir do movimento digital e também dos *think tanks* “ativistas”. Conforme Rocha (2015, p. 275), ao final do primeiro mandato presencial de Lula, várias organizações surgiram: Instituto Millenium, Instituto Ordem Livre, Movimento Brasil Livre etc.

Há de ser salientado a breve distinção que traz Rocha (2018) ao fazer o panorama descritivo, diferenciando os neoliberais dos ultraliberais: para a autora, os ultraliberais iniciaram “grupos de profissionais liberais e estudantes universitários de classe média entusiastas de uma defesa radical do liberalismo econômico” (ROCHA, 2018, p. 2).

A nova direita não é caracterizada apenas pelo seu amplo poder de recursos materiais, advindos da elite política, há, agora, uma nova estratégia de militância para que sejam consolidadas suas diretrizes. Rocha (2018, p. 194) afirma que

[...] ainda que a posse de recursos financeiros e organizacionais de fato ajude a explicar parcialmente o êxito de movimentos e mobilizações sociais, diversos outros fatores podem determinar seu sucesso ou o fracasso, como a criação de fortes identidades coletivas, dinâmicas emocionais que surgem a partir das interações e conflitos entre grupos políticos, mudanças na estrutura de oportunidades políticas que criam momentos mais propícios para ação de determinados grupos, e, nos últimos anos, a habilidade no uso, e a própria lógica, das mídias sociais, fatores que considero terem sido cruciais para o boom das novas direitas em meio ao ciclo de protestos pró-impeachment de Dilma Rousseff (2014-2016).

O público digital que iniciou o movimento da nova direita no Brasil pode ser associado ao mesmo público digital que elegeu Jair Bolsonaro. Kalil (2018) traça o perfil dos eleitores de Jair Bolsonaro, e, entre os perfis descritos pela autora, há o do grupo dos *nerds*, *gamers*, *hackers* e *haters*, composto por jovens entre 16 e 34 anos. São jovens conservadores que concentram-se em fóruns restritos, páginas ou perfis etc. Nas palavras da autora,

O perfil destes conservadores concentra-se em fóruns restritos, jogos online e caixas de comentários de sites de cultura pop em que é possível verificar falas tradicionalistas e intolerantes sobre personagens específicos do mundo dos games, quadrinhos e filmes. Além do mundo do entretenimento e jogos, a figura dos haters e trolls se fazem presentes nos comentários de portais de notícias e outras ações cibernéticas como ataques a determinadas páginas ou perfis. Esse grupo foi um dos principais responsáveis por disseminar a imagem de Bolsonaro em sua pré-campanha, o que contribuiu consideravelmente para sua atual “popularidade”. A figura em particular construída pelos nerds,

gamers e hackers conservadores compreende a do ‘bolsomito’, lapidada a partir da produção, majoritariamente nas redes sociais, de memes centrados no candidato, geralmente acompanhados por um tom jocoso e provocador. (KALIL, 2018, p. 15)

Nessa direção, a partir do público que constitui o rótulo da nova direita atualmente no Brasil, cabe a explicação de Cesarino (2021) de que a identidade na nova direita no Brasil é caracterizada pelo eixo bivalente conservador-liberal, entendido como encaixado aos moldes conservadores e subjetividades neoliberais. Nas palavras da autora:

Na construção da identidade popular pelo bolsonarismo em 2018, essa gramática bivalente neoliberal-conservadora se expressou, por exemplo, na desqualificação moral da luta por direitos e proteções pelo Estado como privilégios indevidos por parte de “vagabundos” e “parasitas”. Políticas de redistribuição e de regulação do mercado (inclusive, o das mídias digitais) são rechaçadas por supostamente coibirem a livre iniciativa e a liberdade de expressão. [...] Com frequência, essa narrativa aparece como uma visão do Estado e da coisa pública como irreversivelmente corrompidos, sendo seu desmonte e substituição por mediações mercadológicas – estas sim, autênticas fontes de valor, verdade e liberdade – a única forma possível de purificação. A linguagem messiânica e vitalista da direita radical – também central a teorias conspiratórias como a do QAnon (CESARINO, 2020e) – atribui ao líder populista a tarefa de, com a mão forte, levar a cabo a vontade popular de purificar o Estado das agências parasíticas que têm impedido a justa distribuição da prosperidade. Em outras palavras, a batalha conservadora de Bolsonaro contra o “marxismo cultural” e o “socialismo” é, fundamentalmente, a batalha neoliberal contra regulações, direitos e políticas redistributivas protagonizados pelo Estado social. (CESARINO, 2021, p. 84)

3 ENTEXTUALIZAÇÃO E ORDENS DE INDEXICALIDADE

Em tom literário, podemos dizer que as palavras são uma fonte de denúncia. Do plano subjetivo ao objetivo, as palavras sofrem processos de significação em função de sua mobilidade no tempo e espaço, carregando consigo sentidos múltiplos, na direção de, conforme Silva (2014, p. 67), processos de textualização serem uma viagem de signos. Esses processos implicam a interação entre atores sociais situados em um contexto de uso linguístico, em que efeitos metapragmáticos ou reflexivos chegam às práticas sociais e reconfiguram o cenário. Em tempos contemporâneos, podemos pensar que esses processos estão cada vez mais fragmentados, dadas as condições, sobretudo, das mídias digitais, pois “textos percorrem o tempo e o espaço ao clique do mouse ou ao toque da tela.” (MELO e MOITA LOPES, 2015, p. 60).

A mobilidade das unidades linguísticas é um processo natural da linguagem, e implica uma reavaliação dos sentidos ao signo atribuído. Em seu longo processo de transformação, um signo não permanece com sentido literal, pois sofre mutações em seu significado em função da sua descontextualização, isto é, do movimento de ser extraído de seu contexto original e inserido, logo, ressignificado, em outros espaços. Nesse sentido, é possível defender ao lado de Freitas e Moita Lopes (2019, p. 151), que “o signo sempre aponta para o movimento dinâmico do significado na sócio história”. De um modo mais visível, pensemos em unidades linguísticas como cadeias discursivas ou textuais. É no processo transitório dos excertos que as unidades linguísticas - os itens lexicais, as sentenças gramaticais etc. - tornam-se textos. Em consonância a Silva (2014, p. 68), entendemos que “viajar é de fato o destino dos textos.”

A extração de um excerto de um contexto é sempre instigante para compreender os fenômenos metapragmáticos da linguagem, pois “em cada percurso há um novo texto, [...] e novos valores são precipitados por sujeitos sociais, cujos repertórios diversos dependerão de suas histórias de vida.” (MELO e MOITA LOPES, 2015, p. 61). Nessa direção, o trânsito dos excertos é compreendido como um processo de entextualização, que é a extração de textos de seu contexto original e sua viagem para outros espaços. É nessa viagem que o texto incorpora camadas de sentidos. Assim, a entextualização pode ser tomada como um processo natural do discurso, de modo que todo texto resultante de

uma viagem textual carrega consigo um pouco de seu contexto original. De acordo com Bauman & Briggs (1990, p. 73 apud Silva, 2014, p. 68), a viagem textual “pode incorporar aspectos do contexto”. Por definição, a entextualização é, portanto, o processo de tornar “um discurso extraível, de fazer de um trecho [*stretch*] de produção linguística uma unidade – um texto – que pode ser levada [*lifted out*] para fora de seu evento interacional”. Eis um bom exemplo retirado de Silva (2014, p. 68) para pensar a entextualização:

[...] a viagem de um texto como *Medeia*, de Eurípedes, para os dias de hoje está envolvida em processos amplos de mudança pragmática e metapragmática: o uso dos signos (a pragmática) no “original” de Eurípedes e nas traduções contemporâneas certamente sofreu **transformações**, desde o uso das palavras em português moderno, que certamente diferem do uso em grego antigo; o entorno desse uso (a metapragmática) tem se transformado continuamente, desde o modo de se falar sobre essa peça até as múltiplas arregimentações do texto, e.g., sua divulgação “moderna” certamente difere da antiga em termos de suportes como a Internet ou a televisão.

Nessa perspectiva, é coerente assumir que “práticas de textualidade e entextualização terminam sendo práticas sobre ‘identidade’” (SILVERSTEIN; URBAN, 1996, p. 10 apud SILVA, 2014, p. 69). Essas práticas de identidade podem ser compreendidas à luz da indexicalidade, que mobiliza ideologias e valores e pode mostrar “que sentidos do mundo impessoal podem ser mobilizados em nível pessoal ou em escala local por atores variados.” (MELO e MOITA LOPES, 2015, p. 61). A indexicalidade pode ser compreendida em duas ordens: a primeira entende o sujeito em sua atuação social e identitária, o qual indexicaliza cadeias discursivas que permeiam sua existência, e a segunda toma como análise o discurso social estratificado e hierarquizado, responsável por configurar discursos de poder. Nas palavras de Silva e Lopes, (2018, p. 159), “há uma porção de significados sociais que não são comunicados pela referência das formas linguísticas, mas por outros elementos não-referenciais, que indicam determinados posicionamentos, relações ou ações que os interlocutores efetuem”. Essa camada não-referencial, identitária, é o que chamamos de indexicalidade. Nesse sentido, com base em Silverstein (2003), Gonzalez e Moita Lopes (2018, p. 113) indicam que a indexicalidade

é a propriedade que o signo linguístico tem de apontar para significados que excedem seu contexto de enunciação. Este construto nos permite identificar como um determinado signo, ao ser empregado em uma dada interação, por conta da repetição de usos, conecta-se com sentidos sociohistoricamente absorvidos [...].

Tais direcionamentos estão presentes em Melo e Moita Lopes (2015), que analisaram a questão racial a partir de comentários de leitores em fóruns distintos, e utilizaram como pressupostos de análise para a trajetória dos textos dois caminhos: a

entextualização e as ordens de indexicalidade. Segundo os autores, “a entextualização é aspecto importante na trajetória textual, visto que é por meio dela que os textos viajam e percorrem infinitos percursos” enquanto as ordens indexicais “apontam para valores que permeiam a sociedade” (MELO e MOITA LOPES, 2015, p. 61), tendo em vista os índices linguísticos que indicam a trajetória de um texto.

Para o filósofo Charles S. Peirce, a indexicalidade é a propriedade semiótica dos “índices”, signos que compõem uma tríade com os ícones e símbolos. Enquanto ícones e símbolos representam seus objetos (seus “referentes”) por meio, respectivamente, da semelhança e da convenção, os índices reagem contextualmente aos objetos, são causados por eles. Silva e Lopes (2018) elucidam a ideia de forma didática: no caso do índice “fumaça”, o fogo é o objeto, e a fumaça é o índice desse objeto, ou seja, a fumaça foi causada pelo fogo, reage contextualmente a ele. O índice “fumaça” é um indexicalizador que opera com significações múltiplas. Ao avistarmos fumaça ou sentirmos seu cheiro, imediatamente fazemos especulações, e o índice é então encaixado em tramas investigativa e de significação várias, no fluxo do que Peirce chamou de “semiose”, o processo de produção e interpretação dos signos. Como apontam Silva & Lopes (2018), o estudo da indexicalidade tem sido cada vez mais relevante na investigação da linguagem relacionada às culturas e às questões sociais, visto que “processos de ancoragem indexical [...] não podem ser entendidos sem uma análise relativamente profunda dos contextos sociais e culturais da fala” (HANKS, 1999, p. 125 apud SILVA e LOPES, 2018, p. 160). Segundo esses autores,

a indexicalidade é particularmente relevante para a compreensão de como as pessoas são socializadas na contínua sequência dos encontros interacionais de que participam e como, por meio da conversa e de outros recursos desses encontros, se tornam sujeitos aptos – em graus variados – a interpretar e fazerem uso de determinados significados sociais.

Partindo da citação de Ochs (1992, p. 338 apud SILVA e LOPES, 2018, p. 160) de que o significado indexical de todo enunciado “é sua história social, sua presença social e seu futuro social”, é possível compreender como o discurso neoliberal de determinados atores sociais mobiliza uma identidade nas práticas comunicativas. Podemos associar essa identidade ao conceito de indexicalização, que implica diretamente os níveis de significação de um objeto, ou seja, as camadas de sentido que um mesmo signo linguístico é capaz de ter, que fundamenta as investigações metapragmáticas. Conforme Silverstein (1993, p. 33), “signos que funcionam metapragmaticamente têm como objeto semiótico fenômenos pragmáticos – fenômenos de signos indexicais”. De forma mais assertiva, o

signo “pressupõe” algo *do* seu contexto ou “acarreta” e “cria” algo *sobre* o seu contexto, sendo essa pressuposição e acarretamento duas dimensões do ato de indexicalização. Conforme Silva (2014, p. 73), “o signo indexical projeta um contexto. E o signo metapragmático modela ou regimenta esse uso indexical”. A metapragmática seria uma representação a depender do contexto interacional, e, nesse caso, ela remodelaria o signo. Os signos são dados em contextos, isto é, não existe signo sem contexto, portanto, todo signo é contíguo a um contexto. O signo cria o contexto, o que nos incita a um entendimento: o contexto por si só não impulsiona fenômenos pragmáticos, tampouco metapragmáticos. Assim, é coerente afirmar que o “uso linguístico não se limita às ligações entre formas linguísticas e contextos. Para funcionar, “o uso linguístico precisa [...] de metapragmáticas” (PINTO e AMARAL, 2016). Segundo as mesmas autoras,

[...] metapragmáticas são racionalizações sobre o uso da linguagem, inseridas em sistemas locais de interação, e relacionadas às formas metalinguísticas que permitem referenciar e predicar a própria linguagem. Nas interações, podemos acionar um enquadre metapragmático, usando construções que transformam categorias linguísticas em formas indexicais com valores próprios. Essa transformação constitui uma metapragmática reflexivamente calibrada, ou seja, uma tentativa de controle de interpretação de uma fala determinada em sua realização ou sua resposta.

A discussão sobre os limites de tomar o contexto como fator primeiro para a significação dos signos nos leva a Pinto (2019), a qual deixa claro que “contexto” é uma noção teórica muito fraca. Com base em autores que trabalham de forma crítica a pragmática e o contexto, a autora alerta que muitas vezes a proposta de contexto serve apenas como pano de fundo para fundamentações empíricas. Ela assume que contexto tem a ver com as conexões entre atos de fala microlocalizados e macroestruturas discursivas dinâmicas, e, com base em Blommaert (2008), traz a necessidade de estarmos atentos aos “recursos linguísticos, às trajetórias dos textos e à história dos dados gerados para análise como parte daquilo que devemos chamar de ‘contexto’” (PINTO, 2019, p. 225). Segundo a autora, esse movimento é possível com a metapragmática, que são âncoras interpretativas que podem ser utilizadas como instrumentos de precisão para os contextos. Em outras palavras, como uma lupa que amplia os detalhes de um dado inserido em um espaço específico.

As noções de contexto e atores sociais nos dirigem à discussão que Cesarino (2019) faz sobre as identidades políticas, as quais podem ser entendidas aqui da seguinte maneira: se signos criam contextos, é coerente propor que significantes vazios, nos termos de Laclau, criam contextos de identidade para os usuários da língua, vistos na eleição de

2018 como sendo aqueles que se sentem às margens. Na expectativa de sequencializar a dicotomia esquerda *versus* direita, discursos discriminatórios contra as minorias no período eleitoral receberam apoio do mesmo público atacado, o que só foi possível pelo esvaziamento dos sentidos de um signo e, em seguida, pela ressignificação desse signo em um novo contexto. Assim, no que concerne às identidades, Gonzalez e Moita Lopes (2018) propõem entendê-las como *performances*. Todo processo de interação social exige uma produção de identidades, as quais não preexistem antes das práticas sócio discursivas.

Em outras palavras: somos seres de contexto (MOITA LOPES, [2006] 2016) e as performances discursivo-identitárias que desempenhamos em nossas práticas interacionais fazem com que, ininterruptamente, estejamos produzindo ‘identidades’ para nós mesmos e para os outros, além de, concomitantemente, sermos encapsulados pelas ‘identidades’ que projetam sobre nós e encapsularmos nossa(o) interlocutor(a) na ‘identidade’ que sobre ela/ele projetamos. (GONZALEZ E MOITA LOPES, 2018, p. 108)

A base metodológica da campanha bolsonarista pode ser entendida como uma linguagem performativa. Conforme discute Cesarino (2019), a partir de Laclau (2005), os padrões discursivos ou as funções metalinguísticas do atual presidente são performativas, isentas de referenciação e denotação, deixando em aberto possíveis reconfigurações dos sentidos, a fim de agregar um novo público-contexto que antes não existia, isto é, uma identidade discursiva nova com a qual um novo público irá se identificar. Essa performatividade visa ao efeito que será gerado no receptor, que é a construção de uma nova identidade – assumida aqui como a neoliberal. Essa performatividade está acompanhada de sentidos afetivos e sentidos vazios.

Nessa perspectiva de significação das palavras e identidades, é coerente inferir que, na contemporaneidade, os discursos estão cada vez mais vulneráveis às ações de atores sociais, tendo em vista as condições cibernéticas de extração de mensagens, movimento que se solidifica cada vez mais em função do processo de digitalização. Segundo Melo e Moita Lopes (2015, p. 60), “tais textos e discursos circulam e viajam velozmente pela rede, carregando suas características históricas, agregando novos sentidos e promovendo a socialização de pessoas por meio de vários recursos semióticos”. A citação de Silva (2014, p. 68) sobre a viagem de um texto como o clássico *Medeia*, já mostrada anteriormente neste texto, elucida esse processo do fluxo da redes e informações: “a divulgação “moderna” [do clássico *Medeia*] certamente difere da antiga em termos de suportes como a internet ou a televisão.”

A internet é um espaço múltiplo, e, por lógica, há uma mobilidade constante de pessoas, portanto, de discursos. As fronteiras espaço-temporais simbolizadas pela globalização permitiram que fenômenos que antes existiam sob uma condição palpável no binômio espaço-tempo migrassem para o ambiente das mídias digitais, o que configurou uma apropriação mediada por um terceiro, que não um interpretante, mas uma máquina - os algoritmos. Se, anteriormente, havia um terceiro signo em jogo, o interpretante (SILVA, 2014), que é o mediador dos signos anteriores, agora, na ausência de um mediador real, ou, um interpretante real, toda e qualquer palavra, ou, todo e qualquer sentido, é proliferado de modo a validar enunciados que, em regimes como o da ciência, não são verdadeiros. A repetição, portanto, gera a verdade. Eis os algoritmos.

Podemos entender os mediadores que atuavam anteriormente aos algoritmos como a mídia e as instituições democráticas. Essas instituições mediadoras foram sendo substituídas pelas mídias digitais. Assim, o impacto das mídias digitais na sociedade gera efeitos diversos, sobretudo, no que tange às formas de compreensão dos sujeitos ao se apropriarem das informações – das palavras às imagens, tudo é configurável. E, nesse processo, identidades são construídas.

Nessa direção, é possível dizer que as mídias digitais parecem até mesmo reconfigurar a relação de pertencimento entre sujeitos e sociedade. Scalco e Ribeiro (2017), a partir de um estudo etnográfico, investigaram o uso cotidiano de eletrônicos, sobretudo, os computadores, em contextos em que o Estado parece não atingir. A negligência do Estado em garantir os direitos básicos dos indivíduos implica, obviamente, a relação desses sujeitos com a tecnologia, o que rompe o discurso recorrente sobre a inclusão, isto é, “ainda que permaneçam incluídos digitalmente, permanecem excluídos socialmente” (SCALCO e RIBEIRO 2017, p. 67). Essa inclusão digital reconfigura a relação do sujeito com a sociedade no sentido de que as mídias digitais, principalmente, as redes sociais, despertam um sentimento “ilusório” de pertencimento, pois parece não haver, nas redes sociais, esferas que diferenciem os usuários, tendo em vista que todos estão em constante interação. Essa colocação pode ser elucidada com base na interação entre membros governamentais e usuários anônimos por meio das redes sociais.

No entanto, a interação dentro das mídias digitais é deslegitimada nas situações reais de interação, em que estruturas sociais estão historicamente definidas, ou seja, cada indivíduo permanece em seu contexto, mesmo que nas redes esse contexto não seja o foco. Eis uma relação distinta das redes sociais. Nas palavras de Scalco e Ribeiro (2017),

são tecnologias que afetam. Na falta de um pertencimento enquanto sujeito social - direitos e deveres - o processo de inclusão digital “supre” essa falta. É coerente refletir que, na ausência do Estado em lugares periféricos, os sujeitos são obrigados a “corromper” as leis a fim de agenciar para si aquilo que o Estado, ou até mesmo a iniciativa privada, não disponibiliza, no caso, o acesso às tecnologias. Essa colocação vai ao encontro da lógica neoliberal: o Estado diminui suas responsabilidades sobre os sujeitos, e estes, “criativamente”, dão soluções as suas vontades. Temos a livre iniciativa aqui. Conforme Scalco e Ribeiro (2017, p. 74), “esses sujeitos, sem ‘reificação’ e sem ‘demonização’ das suas ações, são ‘empreendedores sociais locais’”.

Feita a discussão sobre os conceitos teórico-analíticos de entextualização e indexicalidade bem como sua relação com as mídias digitais, a próxima seção apresenta uma breve descrição dos dados que compõem esta pesquisa.

3.1 METODOLOGIA

A ascendência das mídias reconfigurou toda e qualquer tipo de relação social: das políticas às íntimas, fenômenos emergem desse cenário. Para sua compreensão, a imersão dos pesquisadores que se propõem a investigar as dinâmicas modernas das relações humanas-tecnológicas ficam evidenciadas por meio das mídias digitais, que recebem a pesquisa etnográfica não de maneira “tradicional”, e sim de modo configurado: um observador em modo *offline* em terreno *online*, que não participa de maneira direta do campo pesquisado.

Para além de perspectivas engessadas, a rigidez com a qual são operadas as teorias e metodologias não devem ser limitadas. Trataremos de um pesquisador “especial” e de uma etnografia silenciosa, característica do ciberespaço, ou, ainda, uma etnografia *distanced research*, uma espécie de observação não participante. De toda a forma, as categorias do fazer etnografia são preservadas: participar, ainda que de forma não convencional, observar e descrever categorias (BRAGA, 2006, p. 5).

Essa fuga de “regra” metodológica tem sido chamada por alguns etnógrafos como etnografia digital. Trata-se de um fazer etnografia recente e há oposições nessa base metodológica. No entanto, é urgente assumir o contexto digital e reconhecer sua influência nas relações sociais. Ignorar ou fazer vista grossa ao fenômeno digital beira à negligência intelectual.

Assim como a etnografia é tanto um método como um produto, a internet é tanto um modo de conduzir interações sociais quanto um produto dessas interações. (EVANS, 2010, p. 12 apud POLIANOV, 2013, p. 63)

Essa proposta metodológica fundamenta os estudos de Cesarino (2019, 2020, 2021) e Silva (2020) no que tange à metodologia discursiva recorrente em governos populistas. Nos estudos de Cesarino (2019), a autora se apoia em Laclau (2005) para descrever padrões discursivos da campanha digital do atual presidente do Brasil Jair Bolsonaro. Por meio da etnografia digital, a autora constata que a campanha parece ter seguido uma “ciência populista”, que é orientada a partir de eixos metalinguísticos que caracterizam o discurso bolsonarista. Trata-se de funções metalinguísticas básicas do populismo divididas em dois eixos principais: o da diferença, que propõe uma divisão entre amigo-inimigo, que seria a esquerda, a corrupção, a imprensa, socialismo, Lula, PT, globalistas, feministas etc. e o eixo da equivalência, que é a relação líder e povo. Em seus estudos, foram mapeadas ainda três funções discursivas: “mobilização permanente através de conteúdos alarmistas e conspiratórios; espelho invertido do inimigo e devolução de acusações; e criação de um canal direto e exclusivo de comunicação entre a liderança e seu público através da deslegitimação de instâncias de produção de conhecimento autorizado na esfera pública (notadamente, a academia e a imprensa profissional).” (CESARINO, 2019, p. 533). Tais padrões foram disseminados a partir da forte campanha digital feita pelo presidente.

Nesse sentido, por meio de uma análise qualitativa e pela etnografia digital (CESARINO 2019, 2020, 2021), objetivei mapear padrões linguísticos a fim de analisar regularidades discursivas e gramaticais em mídias digitais, a saber, o *twitter*, o *instagram* e *youtube*. Esse mapeamento permitirá descrever como as práticas comunicativas constituem variações de uma gramática neoliberal a partir dos partidos e seus representantes alinhados às pautas de direita. Essa análise mostrará como essas práticas comunicativas constituem teias de significado não apenas em espaços “reais”, mas também em espaços virtuais.

3.1.1 Corpus

O *corpus* empírico desta pesquisa é constituído por um arquivo elaborado a partir da atividade digital de três deputados federais nascidos entre os períodos de 1986, 1991

e 1996 eleitos no processo eleitoral de 2018 no Brasil. As figuras políticas públicas são políticos filiados a partidos que defendem as pautas de direita, a saber: privatizações, Estado mínimo, reformas na máquina pública, inovação etc. Nesse sentido, foram escolhidos Partido Trabalhista Brasileiro (doravante, PTB) representado pela deputada federal Luisa Canziani, o Partido Social Liberal (doravante, PSL) representado pelo deputado federal Felipe Francischini e o Partido Novo (doravante, NOVO) representado pelo deputado federal Vinicius Poit. Os critérios de seleção ocorreram a partir do frequente uso das redes sociais para fins de campanha no ano de 2018, da atuação neoliberal, e do período de nascimento dos deputados - décadas de 1980 e 1990. Sob um prisma de comparação, o deputado Felipe Francischini mostrou-se o menos ativo em redes sociais. Inicialmente, o fator primeiro mandato também foi colocado como critério de seleção, mas verificou-se que o deputado Felipe Francischini já havia sido deputado estadual pelo Paraná (2015-2019). Foi observado que a deputada e os deputados eleitos configuram o padrão branco, classe média e nível superior, indicando pouca diversidade social.

O recorte do período foi pensando como estratégia para observar a relação entre mídias digitais e eleições, por ter sido uma eleição marcada pelo uso das mídias digitais para fins de campanha. Não menos relevante, a faixa etária dos representantes partidários é 25, 29 e 35 anos. Por outro lado, a idade dos partidos elencados varia, pois há partidos com trajetórias históricas como o PTB e partidos recentemente fundados como é o caso do NOVO. O material analisado foi coletado em mídias digitais: postagens em perfis próprios como *twitter*, *instagram*, *youtube*, entrevistas, artigos para jornais etc.

Atualmente, conforme consta em site oficial do Tribunal Superior Eleitoral, existem trinta e três partidos políticos registrados no Tribunal Superior Eleitoral. Ainda no processo eleitoral de 2014, um perfil jovem assumiu as vagas para a Câmara de Deputados do Brasil. Em 2018, esse processo se manteve.

Quadro 1 – Grupos indexicais dos três representantes partidários

Representante Político	Perfil	Grupos Indexicais
Luisa Canziani (PTB/PR)	[+ liberal], [+/- conservador], [+ polido], [- inovador].	1. Inovação; 2. Tecnologia; 3. Educação; 4. Produtividade; 5. Privatização; 6 Corte de gastos; 8. Reformas; 9. Mulheres; 10. Desburocratização; e 11. Armamento.

Felipe Francischini (PSL/PR)	[+ liberal], [+ conservador], [- polido], [- inovador].	1. Empresas; 2. <i>Homeschooling</i> . 3. Inovação; 4. Armamento; 5. Patriotismo; 6. Liberdade econômica.
Vinicius Poit (NOVO/SP)	[+ liberal], [- conservador], [+/- polido] [+ inovador]	1. Empreendedorismo; 2. Tecnologia e inovação; 3. Meritocracia; 4. Sujeito agenciador de si; 5. Sindicalização; 6. Desburocratização; 7. Privatizações 8. Reformas políticas; e 9. Ineficiência do Estado.

4 DEPUTADA FEDERAL LUISA CANZIANI E PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB)

Esta seção comporta a descrição do perfil pessoal da deputada federal Luisa Canziani bem como a descrição da sua trajetória parlamentar. Há, também, a descrição dos dados empíricos coletados das redes sociais *twitter*, *instagram* e *youtube*. Os dados da deputada estão enumerados enquanto os dados retirados dos documentos oficiais do PTB foram mantidos em recuo.

4.1 TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DA DEP. FEDERAL LUISA CANZIANI

Figura 2 – Imagem da dep. federal Luisa Canziani



Fonte: Câmara dos Deputados

Luisa Canziani dos Santos Silveira¹ é a deputada federal eleita no ciclo 2018-2022 mais jovem da história do parlamento brasileiro. Nasceu em quatro de abril ano de 1996, é filha do deputado federal Alex Canziani Silveira e possui nível superior em Direito pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná e mestrado incompleto em Administração Pública. Em suas falas, Luisa menciona sua pouca idade e sua aproximação com o contexto político.

1. Eu sou *sic* a deputada federal mais jovem dessa legislatura, deputada federal mais jovem da história do meu estado, que é o Paraná, ao mesmo tempo que é uma grande honra e um grande desafio, uma grande responsabilidade no sentido de mostrarmos que uma jovem, com muito trabalho, muita dedicação,

1 As informações pessoais da deputada foram coletadas do site oficial da Câmara dos Deputados e de redes sociais pessoais.

muito empenho, com uma equipe competente, com ações inovadoras, é plenamente capaz de fazer um mandato de excelência. Fonte: *youtube*

2. A minha história política ela começa em casa e muito nova, né! Desde muito cedo eu participei das discussões políticas, das campanhas eleitorais, do processo eleitoral ao lado do meu pai, do deputado Alex Canziani. Então eu cresci nesse meio político e, conseqüentemente, um dia sonhando em me candidatar, um dia sonhando também em representar a população paranaense. Fonte: *youtube*

Luisa, inicialmente, visava à candidatura para vereadora do Paraná, mas candidatou-se para deputada federal, assumindo sua candidatura como “um projeto”. Ela é assertiva ao se referir às mídias digitais como um método para sua campanha eleitoral.

3. [...] utilizando é claro um/o método, até porque eu venho de uma geração que a gente tende muito a acreditar no poder das redes sociais, das mídias sociais, dessa nova comunicação, e, é claro, que essa nova forma de comunicação e, também, essa nova forma de se fazer política, ela é super importante, mas ela precisa ser misturada com outras ferramentas para que o mandato ele não só seja exitoso num primeiro momento, mas que uma trajetória ela se configure a longo prazo. Isso é uma coisa que meu pai sempre fala: que a gente não pode colocar todos os ovos na mesma cesta. Na carreira política e no momento de uma eleição, o profissionalismo ele é muito importante, então a gente trata a campanha eleitoral com a seriedade, com o profissionalismo que ela merece, e o método ele vem justamente trazer esse profissionalismo que a gente tanto precisa numa campanha eleitoral. Muitas vezes a gente acompanha candidatos que desejam muito se eleger (...) mas não sabem o instrumento e a forma de ter sucesso em uma campanha eleitoral, e daí a importância de um método, de trazer um cronograma, planejamento, de equipe (...) a gente precisa de pessoas confiáveis, que acreditam no projeto. O método vem justamente demonstrar que, claro, é importante sim ter o financiamento, mas ele não é o fundamental, né! Com uma boa mobilização, com uma equipe competente, com ações inovadoras é possível sim ganhar as eleições. Então o método é fundamental. Fonte: *youtube*

4. Eu vivenciei o método desde a infância, então conheço o método e apliquei o método na minha carreira e na minha campanha. Através desse método, consegui medir quantos votos em uma cidade x (...) trazendo mecanismos para você se conectar com o eleitor, levando a mensagem que o eleitor quer, porque não adianta falar o que nós queremos, nós temos que falar o que as pessoas querem ouvir, o que o **eleitor sente**, as pessoas, e isso o Alex frisa sempre: que as pessoas não votam pela razão, elas votam com a emoção, com o coração, então é muito importante que a gente saiba tocar no coração das pessoas e falar exatamente o que as pessoas querem ouvir de um agente político como transformador da realidade. Fonte: *youtube* (grifos meus)

O método ao qual se refere Luisa nos leva a entendê-lo possivelmente como uma gramática populista (CESARINO, 2019, 2020, 2021). Cesarino constatou que a relação entre eleições e mídias digitais podem configurar um tipo de populismo digital, que refere-se tanto ao aparato midiático quanto a um mecanismo discursivo e uma tática de construção de hegemonia. É visível que, ao afirmar que o “eleitor sente”, está sendo ativada uma estratégia que atua no plano das paixões e afetos no que tange à formação

das identidades políticas (CESARINO, 2020, p. 10). Nesse sentido, suas performances em entrevistas são quase sempre pouco espontâneas, seguindo um padrão de atuação, ou seja, um padrão performativo (CESARINO, 2020). Assim, segundo Cesarino (2020),

Havia, porém, uma ambiguidade quanto à sua espontaneidade. Embora os agentes nessas redes digitais fossem livres para compartilhar e mesmo produzir o que desejassem, os conteúdos pareciam orientados por algum tipo de direcionamento, dada a insistente recorrência de certos padrões discursivos e estéticos. Foi tentando entender esses padrões que cheguei ao que descrevo aqui como o populismo digital estruturante da campanha a favor do candidato do PSL nas redes sociais (CESARIANO, 2020, p. 95).

A espontaneidade, nesse sentido, é direcionada, ou seja, parece de fato ser guiada por um método. Em algumas das postagens da deputada, a ambiguidade a qual se refere Cesarino parece fazer sentido em uma das postagens na rede social *instagram* da deputada Luisa. A deputada se posiciona a favor do Estatuto da Criança e do Adolescente, mas parece se contradizer. Em um primeiro momento, ela reconhece os avanços do ECA, por meio de dos verbos “proteger” e “garantir”. No entanto, em seguida, utiliza o termo “apesar”, que rompe o sentido afirmativo da oração anterior, item reafirmado pelo verbo “evoluir”. Na oração seguinte, afirma que é preciso “construir” uma “lei mais inclusiva”, pois o ECA não atenderia e protegeria a todos. Sua última oração “a infância é o maior patrimônio de uma nação!” reafirma a primeira oração. Em suma, a lógica parece ser a seguinte: afirma a relevância do documento; desafirma o documento; afirma o documento novamente. No que tange ao contexto social, Luisa parece indicar para a redução da maioria penal.

5. Precisamos **proteger** nossa infância, **garantir** que ela tenha todos os seus direitos cumpridos. Hoje o ECA completa 30 anos. **Apesar** dos avanços que o estatuto nos trouxe na proteção integral dos direitos das crianças e dos adolescentes, é preciso reconhecer que a legislação tem que **evoluir**. Precisamos caminhar no sentido de **construir** uma **lei mais inclusiva**, que **consiga atender - e proteger - a todos**. A infância é o maior patrimônio de uma nação!” Fonte: *instagram*. [grifos meus]

A ambiguidade gerada por uma possível espontaneidade é observada novamente. Em postagem em sua rede social, a deputada propõe a “reabertura” do comércio afirmando tal ação na suposta falta de “evidências científicas e protocolos sanitários”. No caso, a primeira oração indica a defesa de reabrir o comércio em Londrina, sendo que essa reabertura deveria ser feita com base em critérios científicos. A lógica para estar na expressão “evidências científicas” e “protocolos sanitários”. Em suma, uma construção com ideias ambíguas.

6. Assinei, com entidades da sociedade civil organizada, mandado de segurança que pede a **reabertura** do comércio de Londrina. Precisamos nos

basear em **evidências científicas** e **protocolos sanitários** para garantir o enfrentamento da covid-19 e evitar que a crise econômica se agrave. Fonte: *twitter*

Na postagem abaixo, a deputada faz referência à análise de dados e demonstra compromisso com as questões quantitativas. Porém, sua colação parece ir de encontro com defendeu sobre reabertura do mercado de Londrina.

7. Combater a crise sanitária e econômica em decorrência do novo coronavírus depende de C&T, de **análise de dados** e pesquisa. @samydanaoficial e um time de ponta estão trabalhando numa inovadora modelagem para melhor gestão de enfrentamento ao COVID-19. **Quanto mais dados precisos** tivermos, melhores serão as decisões tomadas pelos gestores. #ciência sempre!”. Fonte: *instagram* .

Porém, em outra postagem, ao se referir ao ex-ministro da saúde, Henrique Mandetta, faz elogio ao mencionar “critérios científicos”, “achismo” e “tom populista”, itens que põem em cheque os dados anteriores.

8. É satisfatório saber que o @minsauade é liderado por alguém sensato, e que embasa suas decisões em **critérios científicos**, sem **achismo** e qualquer **tom populista**. Fonte: *instagram* [grifos meus]

Por outro viés, traçando o perfil da deputada, Luisa é defensora de projetos inovadores, tecnológicos e modernos. Essa defesa caracteriza fortemente o perfil parlamentar da deputada, o qual está associado às pautas neoliberais. Segundo Brown (2019, p. 110), “o entusiasmo pelo mercado é tipicamente animado por sua promessa de inovação, liberdade, novidade e riqueza”.

9. [...] **Inovação** é uma das minhas bandeira. Fonte: *twitter* [grifos meus]

10. Acredito que nós, jovens deputados, temos o dever de **innovar**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

11. Acredito que **ciência, tecnologia e inovação** têm que ser políticas de Estado. Fonte: *twitter* [grifos meus]

12. [...] **Por meio da ciência e tecnologia** evitaremos ao máximo a perda do bem mais precioso de nosso país: a vida dos brasileiros. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Seguindo o perfil descritivo da deputada, Luisa foi declarada presidente da Comissão da Defesa dos Direitos da Mulher na Câmara dos Deputados em 2019. A seguir, serão analisados os documentos oficiais do PTB, mas cabe antecipar que no que tange ao papel da mulher no partido, apenas 5% dos recursos partidários serão repassados ao PTB

Mulher. É relevante, então, trazer as declarações da deputada Luisa no que concerne às discussões sobre o papel da mulher na sociedade:

13. (...) nós temos muitos desafios a enfrentar, a questão salarial das mulheres, a própria questão da participação das mulheres na política. Hoje nós somos 77 mulheres no parlamento (...) mas ainda é muito pouco na medida que nós somos a maioria da população, a maioria do eleitorado, nós somos mais escolarizados do que os homens e nada *sic* nós merecemos mais lugares aqui na Câmara até para que as nossas demandas cheguem até a legislação e se transforme em política pública. Fonte: *youtube*

14. [...] nós estamos falando de violência física, né! Nós temos a violência econômica, a violência moral e tantos outros tipos de violência. Fonte: *youtube*

Nessa direção, em uma de suas entrevista ao jornal Folha de São Paulo, a deputada diz que defende “uma inserção das mulheres no mercado de trabalho, o empreendedorismo feminino, a educação das mulheres”, ou seja, a defesa de “uma autonomia das mulheres” sobreposto a uma terminologia, que seria a do feminismo.

Nesse sentido, no artigo publicado em 2013, intitulado “*How Feminism Became Capitalism’s Handmaiden – and How to Reclaim It*”, Nancy Fraser aponta que o capitalismo orienta mulheres para a autonomia individual, para a meritocracia e poder de escolha. Nessa perspectiva, mulheres são indivíduos autônomos que buscam o desenvolvimento e sucesso pessoais, sendo o empreendedorismo a chave principal desse sucesso.

4.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA: DOCUMENTAÇÃO OFICIAL DO PTB

Figura 3 – Imagem do PTB



Fonte: Partido Trabalhista Brasileiro

No Programa Estatutário do PTB, escrito em 2018, estão as diretrizes político-ideológicas que norteiam as ações do partido e de seus parlamentares. Na parte

introdutória do documento, há uma descrição histórica do surgimento do PTB e de seus objetivos. Segundo consta, o PTB surgiu em 15 de maio de 1945 com base em princípios modernos, democráticos e trabalhistas, considerando o período de transformações na Era Getúlio Vargas. Foi retomado em 1979, com bipartição de legenda, sendo “refundado por uma corrente político conservadora, fiel ao alinhamento histórico da sigla” enquanto outros adeptos, embora trabalhistas, seguiram com pautas comunistas e socialistas. Conforme consta,

O Partido Trabalhista Brasileiro é um partido reformista e de vanguarda, à frente de seu tempo, e que entende as aspirações da classe trabalhadora, da classe média urbana e do mundo rural. As propostas deste programa partidário estatutário consolidam essa vocação do trabalhismo, propondo soluções e alargando os caminhos para a sociedade brasileira.

No intervalo desse período, ocorreu a tomada do poder legislativo por parte dos militares, e é relevante trazer aqui as palavras colocadas no documento que soam como justificativa para o plano militar na década de 60:

[...] o PTB encontrava-se no comando do país e com grande bancada no Congresso Nacional quando os militares, **reagindo** ao que seria uma **tentativa de implantação do comunismo no Brasil, assumem o controle** da nação, extinguindo o PTB e demais partidos da época [...]. [grifos meus]

Os parágrafos finais da parte introdutório do documento ganham tom contemporâneo quando as expressões “vontade esquerdista irresponsável”, “governo populista”, “socialista corrupto” e “viés sindical” aparecem. A primeira como referência à Constituição de 1988, que segundo o documento sofreu uma tentativa de posse na elaboração por parte da esquerda, e o segundo como um obstáculo para a globalização e para a aproximação do Brasil com o liberalismo econômico, planos encerrados pela, conforme documento, “tentativa de implantação de uma ditadura socialista corrupta no Brasil”.

O documento é enfático ao defender que o “biombo de corrupção” instalado no Brasil, que altera as configurações da economia competitiva, só pode ser destituído se houver uma “redução do Estado brasileiro, por meio da descentralização, desregulamentação e privatização”, sugerindo alterações na Constituição, a qual alega o documento estar “defasada e inacabada” em função, por exemplo, do pacto federativo.

Em oposição ao comunismo e socialismo, a frase dita por seu idealizador, Alberto Pasqualini, parece definir o perfil do partido: “O PTB é uma resposta aos partidos comunistas e socialistas que se apresentam como únicos representantes do trabalhador. O PTB defende o trabalhador e o empregador que gera empregos”.

O documento elenca sete diretrizes que fundamentam o partido, mas, antes de elucidá-las, sugere como uma possível saída para o Brasil alterar a fonte de recursos que o governo tem, que segundo o documento, é o contribuinte. Conforme o documento,

O biombo da corrupção serve hoje de escudo para uma situação de descalabro administrativo que permite que o Estado brasileiro continue a servir a uma burocracia que se locupleta cada vez mais dos recursos retirados dos cidadãos por meio de uma carga tributária extorsiva, desde que não incorra ou esteja a salvo do Código Penal.

Sugere, por fim, que para que medidas sejam tomadas é preciso uma “mudança de mentalidade e de reformas profundas que só seriam possíveis pela elaboração de uma nova Constituição”.

Em outra passagem, agora em critério sobre as relações de capital e trabalho, dispõe em item 2 do Estatuto que é “favorável à liberdade sindical”. Ora, em palavras iniciais do mesmo documento, apontou o governo do início do século XXI com perfil de “viés sindical”. Não fica clara qual a concepção que o PTB tem de movimentos sindicais. Ao que parece, entende movimento sindical como a sustentação da “integração entre trabalhador e empregador”, ou quando defende que o “não aceita a intervenção do Estado nas relações de trabalho”, exceto em casos de dissídio.

O trabalho é a base do progresso econômico. Nesse sentido, o PTB defende um modelo econômico que viabilize a criação de empregos, o salário real crescente e **a justa remuneração de quem gera empregos**. [grifos meus]

A afirmação de uma “justa remuneração de quem gera empregos” vai ao encontro do que Cesarino (2020) defende como uma estratégia de inversão, no caso, a luta de classes. Pela lógica de inversão, o explorado é o empresário. Trata-se de um rearranjo neoliberal que equipara grandes empresários a trabalhadores. Nas palavras da autora:

Outro rearranjo neoliberal importante tem sido a inversão da lógica da luta de classes, historicamente estruturada por meio da oposição capital x trabalho. No campo bolsonarista como na nova direita de modo mais amplo, trabalhadores e pequenos empreendedores são colocados do lado do mercado e dos grandes empresários [...]. (CESARINO, 2020, p. 544)

Ainda, o documento parece ir de encontro ao trabalhador quando propõe “reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas”, favorecendo grandes empresários.

Reformulação, revisão e simplificação das leis trabalhistas, visando facilitar seu entendimento, aplicação e permanente atualização em relação às necessidades da realidade do mercado de trabalho em um mundo de mudanças cada vez mais rápidas. [grifos meus].

No que tange aos símbolos do PTB, é relevante apontar, conforme artigo 4, incisos II e III, o hino e a carta testamento deixada por Getúlio Vargas, que no documento descrito consta como “patrono”. Além disso, são datas comemorativas o dia de fundação do partido e o dia 19 de abril, nascimento de Getúlio.

É permitido a filiação de menores de 18 anos, indicada no documento como “idade inferior à do alistamento”, conforme Artigo 5, porém, em caráter especial e sem poder se eleger, apenas como participante partidário.

Em artigo 8, inciso I, a negativa de filiação ocorrerá se houver incompatibilidade com a orientação política do partido. Já em artigo 11, inciso VIII, consta que é direito do filiado “lutar contra as violações da democracia partidária”. Consta em artigo 23, parágrafo 1, que o candidato pode concorrer a cargo eleito se filiado no mínimo 6 meses no partido contando a data fixada para a eleição, exceto militares e exceções constitucionais ou legais.

Em artigo 30, é escrito que à Convenção Nacional cabe, conforme inciso V, decidir sobre coligações ou fusões do PTB a outros partidos.

4.3 FAMÍLIA E EDUCAÇÃO

Uma das pautas em convergência entre a deputada e o estatuto partidário do PTB é o que se entende da relação entre família e Estado. De acordo com uma agenda neoliberal, o PTB propõe que seja o “cidadão responsável pela sua saúde e de sua família”. Seria dever da União atuar na saúde preventiva, dos estados atuar em situações de carência e dos municípios acompanhar a saúde das famílias. Conforme Cesarino (2020, p. 84),

Em um contexto de aprofundamento das reformas neoliberais, a família passa a ocupar funções outrora públicas de cuidado do indivíduo que esteja desempregado, velho ou doente demais para trabalhar; ou mesmo, como se vê no caso brasileiro, funções de proteção contra o crime e de educação em domínios como sexualidade, cidadania ou ética.

O papel da família para a agenda neoliberal é de ocupar funções que seriam responsabilidades do Estado. Esse papel é faz parte da aproximação entre conservadorismo e neoliberalismo. Cesarino (2020), com base em Melinda Cooper (2017), explica como se deu essa aliança, que é a aproximação entre conservadores e neoliberais. Segundo a autora,

Mais recentemente, Melinda Cooper (2017) dedicou-se a retrair detalhadamente essa aliança no caso dos Estados Unidos, mostrando como, já nos anos 1970, era visível a aproximação entre economistas neoliberais e lideranças conservadoras (especialmente, evangélicas). Essa afinidade se manifestava no resgate, a partir do governo Reagan, do espírito das chamadas *poor laws* do século XIX, que imputavam à família o dever de cuidar de seus membros quando esses estivessem desempregados, doentes ou velhos demais para trabalhar. Assim, num contexto de desmonte do Welfare State, esperava-se que a família absorvesse os efeitos de precarização gerados pelas políticas neoliberais: lembremos que a famosa frase de Thatcher “Não existe sociedade, apenas homens e mulheres individuais” não termina aí, mas continua com “e suas famílias”. (CESARINO, 2020, p. 540)

Nessa direção, amplia-se o dever da família para com a saúde e atinge-se o dever da família também com a educação. Segundo a deputada Luisa em sua rede social *twitter*, a “família tem o dever solidário ao Estado”. Recentemente, Luisa foi escolhida relatora do projeto de lei 2401/2021 que institui o direito à educação domiciliar, a saber, a prática de *homeschooling* no Brasil. Embora diga não ser adepta do ensino domiciliar, ela acredita que em um Estado livre, a família tem o direito de prover a educação aos filhos: “apenas em estados totalitários a educação é reservada exclusivamente ao Estado, excluindo o papel da família. Precisamos clarear o tema”². Filiada ao PTB, partido criado na era Vargas, o posicionamento da deputada pode ser elucidado pela explicação de Oliveira (2002, p. 19)

A Constituição de 1937, decorrente do golpe de 10 de novembro do mesmo ano, decretada por Getúlio Vargas, foi redigida por Francisco Campos, primeiro ministro após 1930. Por ter-se inspirado no texto polonês de 1926, ficou conhecida como “Polaca”. Era estruturada de tal forma que a definição de responsabilidades quanto à educação encontrava-se na parte relativa à família, mais especificamente no Art. 125, nos seguintes termos: “a educação integral da prole é o primeiro dever e o direito natural dos pais. O Estado não será estranho a esse dever, colaborando, de maneira principal ou subsidiária, para facilitar a sua execução ou suprir as deficiências e lacunas da educação partilhar.”

Luisa assume a pauta educação como prioritária em sua atuação e afirma estar “na vida pública para trabalhar pela educação desse país”.

15. [...] trabalhar por uma educação aliada à tecnologia da informação e da comunicação, uma educação com novos modelos de ensino, uma educação justamente que prepare os **nossos filhos** para profissões que ainda nem existem. Fonte: *youtube* [grifos meus]

2 <https://www.gazetadopovo.com.br/educacao/luisa-caniziani-homeschooling-papel-familia-educacao/>

4.4 EDUCAÇÃO E PRODUTIVIDADE: O SISTEMA 4.0

A preocupação por uma educação inovadora é uma pauta recorrente nas discussões da deputada. A preocupação com métodos inovadores e que gerem resultados para a sociedade é evidente.

16. O crucial é garantirmos a aprendizagem dos alunos e, além, **criar métodos** para que eles **não desaprendam**. E, por isso, não podemos permitir que este seja um ano perdido. Fonte: *twitter* [grifos meus]

17. A pandemia provocada pelo coronavírus nos trouxe novos desafios. Participe conosco de uma conversa sobre **novos modelos de educação** para as nossas crianças em tempos de isolamento social. O nosso encontro está marcado para amanhã, quarta-feira, às 19 horas, e será transmitido ao vivo na nossa página do *Facebook*. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Para se referir às escolas, a deputada Luisa utiliza o substantivo “inimigas”, atrelando sempre a educação de qualidade a programas inovadores. No contexto escolar, sinaliza para o aprendizado de “cursos de inglês e técnicos” e “raciocínio lógico” e “aprendizagem de matemática”. Esse aprendizado não é vazio de significado: é a educação como produtividade.

18. Tecnologias foram desenvolvidas para facilitar o nosso dia a dia. E as escolas não podem ser **inimigas** dessa mudança tão significativa que nossa sociedade está vivendo. Fonte: *twitter* [grifos meus]

19. No segundo semestre começam as aulas em um prédio provisório. Serão ofertados **cursos de inglês** e técnicos em administração. Fonte: *twitter* [grifos meus]

20. O projeto Wash, que incentiva a inclusão digital dos alunos de rede pública, foi tema de reportagem hoje no @folhadelondrina. Projeto piloto foi instalado na Escola Municipal Maestro Roberto Panico. Objetivo é desenvolver o **raciocínio lógico** e a **aprendizagem de matemática**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Esse posicionamento da deputada converge com a ideia de sujeitos produtivos. A expressão substantiva “Programa Profissão 4.0” é uma alusão à indústria 4.0, que vai ao encontro da ideia de mercado de trabalho tecnicista e produtivo.

21. Lançamos hoje em Prado Ferreira [...] o **Programa Profissão 4.0**. Uma proposta inovadora que tem por objetivo iniciar a formação, capacitação e orientação profissional de crianças e jovens, além de prepará-los para o mercado de trabalho. Fonte: *twitter* [grifos meus]

22. E hoje também é Dia do Estudante. Sujeito final das políticas de educação e a quem devemos priorizar sempre. É da sala de saem as futuras grandes mentes do nosso país, **nossa força produtiva e força motriz para desenvolvimento**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

A deputada se mostra assertiva em relação a objetivos alcançados como resultados de esforços. Primeiro, o esporte como um instrumento educacional significativo para moldar o futuro e o caráter dos jovens, o qual devolveria competências para a vida.

23. #EmLondrina Visitei ontem a ExpoJapão, um dos maiores eventos da colônia japonesa do Paraná. Parabéns aos japoneses que com **disciplina** e **trabalho** ajudam na construção do nosso País. Fonte: *twitter* [grifos meus]

24. Muitas das habilidades que consideramos dons ou talentos – como **garra**, **resiliência** e **foco** - podem ser **aprendidas**, **adquiridas** e **desenvolvidas** durante o período escolar. Com o passar dos anos, essas habilidades se reverterem em **produtividade** e **eficiência**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Os padrões gramaticais da deputada Luisa apontam para uma linguagem performativa, configurada reducionismo e redundância. Nesse sentido, a linguagem da deputada se aproxima de uma espécie de idioma de *coaching*, uma possível habilidade neoliberal.

Em um de seus dados, apresenta o Projeto *Wash*, que é a inclusão digital em escola municipal, que, segundo Luisa, a implementação já apresentou “resultados surpreendentes”. Não fica claro quais são os resultados surpreendentes, se é a própria inclusão em si, se seria o engajamento da comunidade escolar etc.

25. Implantamos em Londrina o Projeto Wash, que pretende promover a inclusão digital entre alunos da rede pública de ensino. Em funcionamento há pouco mais de um mês na Escola Municipal Maestro Roberto Pereira Panico, os **resultados já são surpreendentes**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Em outro dado empírico, a deputada relaciona educação à utilidade, que funciona como sinônimo de produtividade.

26. É importante que nossos estudantes tenham mais oportunidades, que possam aprender habilidades e técnicas que serão **úteis** para **profissões que ainda não existem**. Nenhuma reforma se sustentará se a fundação for mal projetada. E é a educação que muda tudo. Fonte: *twitter* [grifos meus]

4.5 PRIVATIZAÇÕES

A defesa em torno das privatizações é uma pauta que está alinhada entre o PTB e a deputada Luisa Canziani. Consta no Estatuto partidário que deve ocorrer a privatização

De serviços e meios de produção nos quais o Estado não se faz necessário e a iniciativa privada é capaz de atuar. As empresas estatais remanescentes terão de ser autossustentáveis, e o Tesouro Nacional não poderá mais cobrir os seus déficits.

Em um dos dados, Luisa que aponta para soluções de privatização nas universidades. A obviedade do sintagma “empresas privadas” é clara, mas é relevante apontar para as referências “parceria” e “doações” e a possibilidade de “dedução fiscal”, que é o desconto na declaração de impostos para empresas que se “unirem” a pesquisas públicas contra a pandemia. Ou seja, menos Estado na solução de problemas sociais e mais soluções empresariais para essas questões.

27. [...] é preciso criar alternativas de financiamento, incentivando **empresas privadas** para que firmem **parceria** e façam **doações** às IES para o desenvolvimento de estudos e pesquisas relacionados à covid-19. Esse é o teor do PL 2306/2020 [...] que cria uma lei de incentivo à ciência e a pesquisa, dando **dedução fiscal** para empresas que se **unam** a universidades e institutos federais ou de pesquisa para o desenvolvimento de projetos relacionados à pandemia.” Fonte: Congresso em Foco³.

A deputada Luisa propõe a autonomia de gastos para universidades com base na premissa de que haja o aumento de uma arrecadação própria, ou seja, o Estado diminuiria sua contribuição com a educação superior, mas, por outro ângulo, haveria “autonomia” para as universidades utilizarem os recursos de forma livre. Ou seja, a colocação de Luisa sugere que melhor do que receber recursos do Estado é ter autonomia e buscar meios próprios para se manter, o que implica parcerias com empresas. Em suma, o item “autonomia” parece ser utilizado para justificar ações de privatização.

28. A PEC 24/19, de minha autoria, dá **autonomia** de gastos para recursos próprios de instituições federais. E a medida pode diminuir o aporte de recursos públicos para essas instituições e, ao mesmo, aumentar arrecadação própria. Fonte: Congresso em Foco⁴. [grifos meus]

Por outro lado, indica que o Estado deve garantir ações básicas à população, no caso, no contexto da pandemia COVID-19. É relevante o verbo utilizado pela deputada, que é “desassistir”, o que nos remete ao imaginário de Estado como assistência.

³<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaoforum/politicas-publicas-inovacao-e-o-avanco-daciencia/>

⁴<https://congressoemfoco.uol.com.br/opiniaoforum/politicas-publicas-inovacao-e-o-avanco-daciencia/>

29. Seguiremos lutando para garantir que a população não fique **desassistida** em um dos momentos mais difíceis que enfrentamos!. Fonte: *instagram* [grifos meus]

A deputada emprega o verbo "garantir" para explicar que é preciso assegurar segurança às famílias para garantir que elas continuem gerando produtividade (emprego e renda) para, então, e utiliza o verbo "produzir", seguir com o trabalho que põe os alimentos em mesa. A intertextualidade do dado quantitativo na oração da postagem sugere uma relação totalmente produtiva entre trabalho e fruto do trabalho. No caso, é preciso garantir segurança porque eles produzem comida e não por serem seres humanos ou algo do contexto.

30. Vale lembrar que o agronegócio é a principal atividade econômica do Paraná e responsável por cerca de 30% do PIB. É preciso garantir segurança a essas famílias para que elas continuem gerando emprego e renda no campo e consigam produzir, com tranquilidade, os nossos alimentos. Fonte: *twitter*

4.6 ESTADO PUNITIVO

A deputada Luisa converge com o Estatuto do PTB quando este propõe que a posse de arma de fogo como um direito à legítima defesa. Assim como o deputado federal Felipe Francischini, em análise seguinte, a deputada Luisa também é a favor do porte de armas da população rural. Abaixo, há as defesas da deputada Canziani:

31. Aprovamos ontem o projeto de lei que permite a posse de arma de fogo em toda a extensão da propriedade rural. Antes, a lei autorizava a posse apenas na sede do imóvel rural. Fonte: *twitter*

32. A alteração na lei é uma reivindicação antiga dos proprietários rurais. Acredito que o projeto é uma medida importante para garantir mais segurança no campo até porque o alto índice de ocorrências demonstra que as forças policiais não conseguem proteger todas essas famílias. Fonte: *twitter*

33. No Paraná, quase mil fazendas são assaltadas por mês. O alto índice de violência em regiões interioranas assusta e demonstra que quem mora em área rural não tem a mesma proteção policial das pessoas que moram em centros urbanos. A insegurança que os produtores rurais enfrentam justifica a exceção para a posse de arma de fogo. Eu acredito que PL 3.715/19, já aprovado no Senado, é uma medida importante para garantir mais segurança nessas regiões. Fonte: *twitter*

Por outro lado, quando questionada sobre o armamento da população feminina em relação ao feminicídio, Luisa menciona ser contra o armamento.

34. Eu acredito que a questão do armamento para a mulher se defender nesses casos, na minha visão, não é a solução, né!? Nós temos várias outras formas de, inclusive, evitar que uma agressão aconteça, e, eu, Luisa Canziani, acredito

que o caminho que a gente mude a realidade, a violência contra a mulher, e para que a gente mude tantas outras coisas no nosso país chama-se a educação.
Fonte: *youtube*

Nesse contexto, a aproximação entre conservadorismo e neoliberalismo se faz presente. Segundo a explicação de Cesarino (2020, p. 540),

Ainda na virada do século, por exemplo, Jean e John Comaroff (2004) haviam notado uma correlação entre a ascensão de um punitivismo moral de bases conservadoras e a consolidação dos programas neoliberais de ajuste estrutural na África subsaariana e alhures. Loic Wacquant (2009) fez uma associação semelhante, destacando uma relação que ele chamou de “funcional” entre o avanço de políticas neoliberais e precarização por um lado, e o encarceramento em massa e punitivismo legal por outro.

4.7 SÍNTESE: GRAMÁTICA DA DEP. FEDERAL LUISA CANZIANI E PTB

As sessões anteriores trataram de apontar os padrões discursivos e gramaticais da deputada federal Luisa Canziani, assumido nesta pesquisa como sendo uma gramática, e como eles estão associados às diretrizes partidárias do Partido Trabalhista Brasileiro. Foram elencados alguns itens indexicais que organizam a gramática neoliberal da deputada.

Nos termos de Cesarino (2019, 2020, 2021), é possível entender a gramática da deputada Luisa como populista. Isso ocorre em função de padrões gramaticais estruturados a partir de certas estratégias linguísticas como a ambiguidade e a redundância e reducionismo. São, portanto, padrões performativos, regidos por uma espontaneidade direcionada.

Por outro viés, a gramática neoliberal de Luisa é observada por meio da sua aposta no mercado, fundamentada, sobretudo, na defesa da liberdade. O entusiasmo pelo mercado está ligado também à defesa que a deputada faz das mulheres. Para ela, a autonomia das mulheres diz respeito, por exemplo, ao empreendedorismo. Essa condição mercadológica se insere no que Nancy Fraser entende como uma das funções do capitalismo.

Além disso, a deputada Luisa mostra alinhamento ao estatuto partidário de seu partido quando o tema é família e educação. Pela lógica neoliberal, o Estado deixa de garantir serviços essenciais ao indivíduo gerando abertura para que núcleos privados como a família passem a atuar, o que aponta para uma relação entre conservadorismo e neoliberalismo, já apontada em Cesarino (2020). Ainda no tange à educação, a deputada

defende um sistema educacional voltado para a produtividade, baseada, nesse sentido, em um sistema tecnocrático.

Em outra direção, cabe apontar a defesa que a deputada faz de privatizações, em alinhamento ao PTB, além de ir em direção às premissas de Estado penal. Tais defesas estão ancoradas em um sistema neoliberal.

Por fim, com base na análise feita da deputada Luisa Canziani e de sua aproximação das mídias digitais para fins eleitorais, entende-se que os padrões linguísticos da deputada apontam para um populismo tecnocrático.

5 DEPUTADO FEDERAL FELIPE FRANCISCHINI E PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)

As seções a seguir foram elaboradas a fim de apresentar o perfil pessoal e parlamentar do deputado federal Felipe Francischini bem como a descrição do Partido Trabalhista Brasileiro. Há, portanto, em algumas seções, a análise de determinados padrões gramaticais, ao passo que em outras seções há a descrição dos itens lexicais selecionados pelo deputado.

5.1 TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DO DEP. FEDERAL FELIPE FRANCISCHINI

Figura 4 – Imagem do dep. federal Felipe Francischini



Fonte: Câmara dos Deputados

Filho de Fernando Destito Francischini, conhecido como Delegado Francischini, delegado de polícia e atual deputado federal, o deputado Luis Felipe Bonatto Francischini, filiado, atualmente, pelo PSL do Paraná, nasceu em 02 de outubro de 1991 e foi eleito pela primeira vez deputado estadual também pelo Paraná, no entanto pelo Partido SOLIDARIEDADE, no ano 2015-2019. Elegeu-se deputado federal na eleição de 2018 com 241.537 votos⁵, configurando o mandato 2019-2021. É formado em Direito pelo

⁵ Informação retirada da sua página pessoal da rede social *instagram*.

Centro Universitário Curitiba - UniCuritiba, atuando, anterior aos mandatos, como advogado, com registro verificado na Ordem dos Advogados do Brasil, a OAB.

Nas redes sociais, Felipe posiciona-se de maneira discreta, fazendo uso moderado de redes de interação *online*. O deputado parece ter preferência pela rede social *facebook*, pois há postagens feitas com maior frequência, e também pela rede social *instagram*, sendo o *twitter* pouco utilizado pelo deputado. Na rede social *instagram*, há postada uma publicação com frase de Margaret Thatcher⁶ que resume o perfil político do deputado, o qual diz “concordar plenamente” com a citação. Trata-se da seguinte postagem:

Deixe-me dizer em que acredito: no direito do homem de trabalhar como quiser, de gastar o que ganha, de ser dono de suas propriedades e de ter o Estado para lhe servir e não como seu dono. Essa é a essência de um país livre e dessas liberdades dependem todas as outras.

A citação feita pelo deputado Felipe vai ao encontro do que defende no âmbito econômico. Algumas características do neoliberalismo como a livre iniciativa, a liberdade econômica, a abertura do mercado, a desburocratização, o empreendedorismo e a diminuição de impostos são empregadas com transparência pelo deputado.

1. Palestrarei agora no Fórum Nacional do Comércio. Agradeço pelo reconhecimento de meu trabalho em prol da **livre iniciativa** e da **liberdade econômica**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

2. Semana decisiva para aprovarmos a MP da Liberdade Econômica. O Brasil passou anos sob a vigência de uma política econômica catastrófica e maquiada. Cabe a nós, rapidamente, trabalhar para **abrir** nossa economia, **desburocratizar** e dar segurança jurídica ao **empreendedor**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

3. [...] Esse é o Brasil q queremos: **menos entraves, menos burocracia e menos tributos**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

4. Aprovamos na CCJ o projeto que cria a Carteira de Trabalho totalmente digital. **Menos entraves** e mais **facilidade ao trabalhador brasileiro**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

Assim como na gramática do deputado Vinicius Poit, em análise posterior, em que é posta a mídia na fronteira amigo-inimigo, segue o mesmo percurso o deputado Felipe Francischini. A mídia seria inimiga ao compactuar com a versão que não a sua.

5. Hoje a Ministra @DamaresAlves esteve conosco em Curitiba para uma série de eventos. É uma felicidade sem tamanho ver uma mulher guerreira e

6 Não foi investigada se a frase é realmente de autoria de Margaret Thatcher.

competente ocupando o Ministério dos Direitos Humanos. Uma pena que a **mídia distorça** tudo e foque apenas em polêmicas.

O voto impresso é também uma pauta defendida pelo deputado Francischini. Recentemente, no Brasil, foi apresentada a PEC 135/19, proposta da deputada federal Bia Kicis (PSL/DF), que torna obrigatório o voto impresso, exigindo a impressão em papel na votação e na apuração das eleições, de referendos e plebiscitos no Brasil. Em 2019, a proposta teve a admissibilidade aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça.

6. PEC DO VOTO IMPRESSO! Hoje avançamos, aqui na CCJ, a PEC do voto impresso. Houve a leitura do relatório e pedido de vista. Semana que vem adotamos!

A proposta é alterar o Art. 14 da Constituição Federal acrescentando o § 12 da seguinte maneira:

§ 12 No processo de votação e apuração das eleições, dos plebiscitos e dos referendos, independentemente do meio empregado para o registro do voto, é obrigatória a expedição de cédulas físicas conferíveis pelo eleitor, a serem depositadas, de forma automática e sem contato manual, em urnas indevassáveis, para fins de auditoria.”

As justificativas para a alteração constitucional decorrem do fato, dentre elas e segundo consta no documento PEC 135/20197, de o Brasil ter sido tornado, em questões eleitorais, refém do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). O documento aponta para um “totalitarismo” no órgão eleitoral, que, de forma “obstinada”, não segue as diretrizes de outros países. O TSE, nesse sentido, teria exercido um “forte lobby” ao lado do Congresso Nacional para não tornar viável o voto impresso ainda em 2001.

A discussão a respeito da posse de armas também preenche o universo ideológico do deputado. Em um de seus comentários, apoia a posse de armas em propriedades rurais. A literatura em torno da liberação de armas de fogo para a população civil pode ser entendida como a transferência de um Estado social para um Estado penal. A lógica dessa transferência está na ausência das garantias fundamentais oferecidas pelo Estado no qual passa a imperar a violência, a fome e a desigualdade. Nessa direção, o Estado penal visa à militarização da vida social, pois na ausência de um Estado social, sistemas como encarceramento em massa e posse e porte de armas tornam-se viáveis. Trata-se, portanto, de um punitivismo social.

7 O documento está disponível em:

<https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2220292>

7. Ontem aprovamos na Câmara dos Deputados o projeto de lei que versa sobre a **posse de arma** dentro da propriedade rural. Votei SIM, mas ainda é pouco. Temos que dar possibilidade de defesa aos cidadãos que moram nas cidades. A luta continua.

Nessa direção, uma das principais pautas de Francischini, senão a pauta central, é a segurança. Ele atuou ativamente ao lado do ex-juiz e ex-ministro da segurança Sérgio Moro e a atribuição triunfante em sua carreira foi a de presidir a Comissão de Constituição e Justiça na Câmara dos Deputados, o que ocasionou comentários em relação sua à inexperiência para fins de atuação. Nesse sentido, em termos eleitorais, o deputado parece atingir seu eleitorado por meio do que Cesarino (2019, 2020) explica como carisma do eixo líder-povo. Em todos os casos, o deputado intenciona o combate ao crime e o fim de benefícios aos que infringem as leis, colocando os infratores sob uma lógica de inversão: o fim do auxílio reclusão para violadores da lei e a criação de condições próprias às vítimas, isto é, menos direitos humanos para o violador, que, pela lógica, por ser violador não deveria ter seus direitos assegurados, e a ampliação dos direitos para a vítima.

7. A impunidade não pode vencer. A população **almeja** um combate **duro** ao crime. Fonte: *twitter* [grifos meus]

8. Fim do AUXÍLIO RECLUSÃO e criação de benefício para a VÍTIMA DE CRIME. Estamos discutindo agora na CCJ a PEC que tem este objetivo. O projeto é de 2013 e estamos destravando mais esta discussão. Fonte: *twitter* [grifos meus]

9. Aprovamos na CCJ semana passada um importante projeto que **endurece** a pena para traficantes que vendem para crianças e adolescentes! Vamos continuar **DESTRAVANDO** a pauta da Comissão de Constituição e Justiça. Fonte: *twitter* [grifos meus]

10. Coloquei na pauta da CCJ da semana que vem dois projetos importantes: um que aumenta a pena para tráfico de drogas quando envolver ou visar atingir criança ou adolescente (ou quando for praticado perto de escolas) e outro que enquadra homicídios contra idosos como crime hediondo. Fonte: *twitter*

Um dos padrões semânticos encontrados na gramática de governos populistas é o carisma. Metapragmaticamente, entende-se que a espontaneidade e a coragem de dizer algo atingem o eleitorado de forma direta e, nesse sentido, carismática, seguindo a ideia de que “é preciso dizer a verdade” ou “ter coragem de dizer o que todos querem ouvir”. Cesarino (2019, p. 540), nesse sentido, constatou que na gramática bolsonarista:

as fontes originais do carisma de Jair Bolsonaro foram fundamentalmente antagonísticas: diziam respeito à sua alegada espontaneidade e coragem para falar a verdade diante de quem quer que fosse (em linha com o fetiche contemporâneo da autenticidade), o que se articulava com a sua saga pessoal contra o “politicamente correto” defensor dos “bandidos” e cerceador da liberdade das “pessoas de bem” – e posteriormente, o combate cristão contra a “ideologia de gênero” (Butler, no prelo). Esse duplo carisma encontra-se bastante destacado na memética anterior à sua candidatura para a presidência, através de slogans como “Direitos humanos: esterco da vagabundagem” e o símbolo – naquele momento chocante para alguns, mas fascinante para outros – da arminha com a mão. Esse foi o trampolim da ascensão de Bolsonaro para a cena política nacional, desde que começou a frequentar programas de televisão e tornar-se ativo nas redes sociais.

Ao utilizar expressões de cunho espontâneo como “bandidagem”, o deputado estabelece uma fronteira de autenticidade com seu leitor/eleitorado. Reafirma tal eixo ao defender direitos humanos apenas para “vítimas”. Como constatou Cesarino, são indícios de uma gramática populista. Trata-se de uma gramática partidária em que há o “direito de se expressar abertamente o que era proibido pelo politicamente correto” (CESARINO, 2019, p. 546). O dado a seguir, extraído do perfil de Francischini no *twitter*, ilustra isso:

11. SURPRESA PARA A **BANDIDAGEM**: aprovamos na CCJ um projeto que prevê multa de até 2 MIL SALÁRIOS MÍNIMOS para traficantes. O dinheiro será revertido para a saúde (SUS). **DIREITOS HUMANOS para as VÍTIMAS é o meu foco.** Fonte: *twitter*.

5.2 CIDADÃOS DE BEM E O DESEJO PELA ORDEM

A campanha partidária de Jair Bolsonaro, filiado na época de sua eleição ao PSL, foi marcada pelo movimento dos “cidadãos de bem”. Kalil (2018, p. 8 e 9) explica que trata de um termo não tão recente, mas que se fortificou na campanha eleitoral de 2018, dividindo os grupos entre os ‘pacíficos’ e os ‘baderneiros’. Segundo a autora, já em 2013, o termo era utilizado para comparar manifestações políticas entre manifestações de “respeito à ordem” e manifestações violentas, o que ocorria segundo um “*script*” de como portar-se em manifestações sociais. Foi observado que o termo está presente na gramática do deputado Felipe.

12. Esse será meu “diálogo cabuloso” com a bandidagem. Destravaremos a pauta de projetos que endurecem a vida deles. Chega de sacanagem com o cidadão de bem. [grifos meus].

Pela lógica dos que se apropriaram do termo, o “cidadão de bem” tem funções a serem cumpridas. Essas funções são atividades que devem garantir a “ordem” social, e todo e qualquer elemento que se coloque contra a lógica é denominado do outro lado da fronteira, isto é, o inimigo. Assim, cabe ao “cidadão de bem” resistir ao avanço do comunismo, à ideologia de gênero, às ameaças ao Estado de direito e ameaças à liberdade religiosa (KALIL, 2018, p. 10).

Uma outra de suas expressões é a “desordem” de costumes e valores que estariam colocando em risco a ordem familiar. Esta corrupção diz respeito, sobretudo às condutas privadas e morais, como a homossexualidade, a vida sexual desregrada e o aborto. Nesse mesmo registro, a corrupção é lida como cerceamento da liberdade individual e uma redução da importância do papel da família na formação do cidadão. O movimento Escola Sem Partido expressa essa perspectiva de que o Estado se torna corrupto quando passa a tratar no ambiente escolar de questões que seriam atribuições das famílias - como a orientação ideológica ou política ou mesmo a educação sexual. (KALIL, 2018, p. 10)

Cesarino (2020) também constatou outros tipos de elementos que, pela lógica dos “cidadãos de bem”, violariam a ordem. Dessa vez, estão as feministas

[...] na função estrutural do inimigo: associadas às cores vermelha e preta, à desordem, a atmosferas ameaçadoras, à nudez, ao despudor e à hipocrisia das elites que fingem defender o povo, mas que desejam no fundo manter seus privilégios, frequentemente por vias corruptas. Técnicas de espelho invertido, como a canibalização de palavras de ordem feministas (“Lute como uma mulher – de verdade”), orientavam conteúdos que se referenciavam mutuamente através de hashtags (elas mesmas, espelhos invertidos) como #ElasNão ou #EleSim. (CESARINO, data, p. 542)

Há elementos que preenchem a fronteira amigo-inimigo. O inimigo é a “oposição”, no dado abaixo, referenciado pelo deputado federal do PSOL, Glauber Braga, associado ao verbo “tumultuar”. Essa ação é vinculada ao deputado do PSOL pelo fato de estar alinhado às pautas de esquerdas. Nesse sentido, o comunismo é também um inimigo, assim como a esquerda.

13. Mais uma vez o Deputado Glauber Braga (PSOL/RJ) teve uma postura irresponsável. Primeiro com o Ministro Sergio Moro e agora com o Ministro Paulo Guedes. Ele não quer fazer **oposição**, mas sim **tumultuar**. Sua postura deixa claro que o objetivo não é debater o futuro do Brasil.

14. Minha história política sempre consistiu em mostrar a hipocrisia de quem defende o comunismo. Eles não leram HISTÓRIA!

15. Deem RT para não deixarmos a esquerda vencer mais uma vez.

Segundo Cesarino (2020, p. 110), o desejo de ordem e disciplina atuam, nos governos populistas, no campo dos afetos e paixões. Nesse contexto, o desejo por ordem é um apelo moral o qual os “cidadãos de bem” defendem.

Outro aspecto essencial ao populismo, e minimizado pela teoria política liberal, diz respeito ao papel central dos afetos e paixões no comportamento e formação das identidades políticas. [...] Para nossos propósitos, é suficiente notar que o líder populista constrói o povo principalmente através de apelos emotivos, estéticos, morais, que podem ser tanto positivos (esperança, desejo de ordem, de justiça ou de mudança) quanto negativos (ódio ao inimigo, ressentimento, revanchismo, decepção). É aqui que o carisma pessoal do líder assume importância, normalmente acompanhado de algum tipo de culto à personalidade.

É notado em um dos comentários do deputado Francischini esse apelo emotivo. Na perspectiva do desejo de ordem, o deputado move o plano dos afetos e paixões para expor sua desaprovação a tudo que viole a ordem, e claro, o progresso.

16. Esse grupo Antifa que destruiu o centro de Curitiba ontem merece cadeia. Não podemos passar pano para quem usa a defesa da democracia como pretexto para provocar a desordem e o quebra quebra. Tolerância zero para baderneiros.

Na trincheira do inimigo, diversos são os significados que eles podem receber. Dessa vez, o deputado inova ao referenciar a militância como “militontos”, também associados à desordem, que está ligada ao verbo “quebrar”. Além disso, empreende um novo significado aos grupos minoritários, referenciado pelo deputado como “grupelhos”.

17. Eu estava em minha primeira eleição entregando panfletos na rua e alguns **militontos** quebraram minha placa sem motivo algum durante um comício da Dilma. Pelo menos fica a lembrança da foto e a constatação de q a história se encarregou d cumprir o preconizado na camiseta.

18. Custo a acreditar que o Congresso Nacional não aprovará a Medida Provisória 895, a qual objetiva a GRATUIDADE DA CARTEIRINHA DE ESTUDANTE. O grande lobby de pequenos **grupelhos** não pode ser maior que a liberdade do estudante brasileiro. #MP895 #CarteirinhaGratuita

Para Cesarino (2020), ainda sobre a memética populista de Bolsonaro na campanha de 2018,

a frente antagonística do aparato trabalhava com padrões discursivos semelhantes àqueles mais gerais direcionados ao antipetismo, associando a militância à figura do bandido, da ameaça ou da elite hipócrita e corrupta. Como condensado em uma frase circulada no WhatsApp após a eleição: “O esquerdistas praticam ATIVISMO, enquanto os conservadores de direita praticam o PATRIOTISMO. (CESARINO, 2020, p. 542)

Nesse sentido, os que praticam o “patriotismo” são considerados “cidadãos de bem”, termo este que, segundo Kalil (2018, p. 9), encontrou combinação com o termo “anticorrupção” no ano de 2016.

O “cidadão de bem” passou a designar aquele que, além de ter uma conduta individual “correta” e saber se comportar nas manifestações, se distingue dos “bandidos” (corruptos) ou de quem apoia bandidos. Assim, o “cidadão de bem” refere-se a um conjunto de condutas dos indivíduos na vida privada, a um conjunto de formas específicas de reivindicação política na vida pública e a um conjunto particular de temas e agendas que passaram a ser consideradas como legítimos. É dessa forma que o “cidadão de bem” extrapola as formas de condutas individuais e passa a designar aqueles que não são “comunistas”, “petistas” ou “de esquerda” - vistos como apoiadores da corrupção e “não trabalhadores”. Trata-se de uma noção específica de pessoa e um sentimento de pertencimento à uma forma correta de estar no mundo.

Nessa perspectiva, no eixo dos que se voltam contra a ordem, estão aqueles que agridem o patriotismo, representado por símbolos que remetem às cores do Brasil, sobretudo, à bandeira nacional. Essa ideia de desordem associada aos que denigrem a imagem do Brasil é visível no que escreve o deputado Felipe quando utiliza a referência “marginal” para um indivíduo que “rasga” a imagem patriota.

19. Parabéns à polícia civil do Paraná pelo indiciamento do **marginal** que **rasgou a bandeira do Brasil**.

Assim, fica claro o significado de patriotismo que marcou a campanha do PSL no ano de 2018. A partir da legenda “Deus acima de tudo, Brasil acima de todos”, o sentimento ufanista por uma pátria regida por ordem e progresso se faz presente nos comentários do deputado. Em todos os casos, trata-se do significante vazio “Brasil”. (CESARINO, 2019, p. 543). Os dados abaixo indicam a nação como instância superior.

20. [...] Será um enorme desafio, mas estarei em mais esta batalha para aprovar uma matéria importante para o estudante brasileiro. **Menos lobby, mais Brasil**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

21. Uma de minhas metas é aprovar na CCJ a PEC da Cessão Onerosa q propiciará muitos recursos para os municípios e estados brasileiros. Quero agradecer e elogiar a iniciativa do Presidente @jairbolsonaro q tem dado seguimento ao compromisso de campanha: **menos Brasília e mais Brasil**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

22. Fico triste ao ver deputados e ativistas de direita e de centro direita se atacando nas redes sociais. A esquerda, pelo menos no discurso público, mostra uma união de pautas maior. Vou lutar sempre para q tenhamos consenso, tranquilidade e SERENIDADE. **Menos ego, mais Brasil**. Fonte: *twitter* [grifos meus]

23. Presente de aniversário que minha equipe fez. Só tenho a agradecer a todos que têm nos ajudado a tocar os trabalhos da CCJ em prol de um **novo Brasil**.
Fonte: *twitter* [grifos meus]

24. Mesmo q as pesquisas fossem verdadeiras e demonstrassem um recorte atual da avaliação do governo, não muda nada. O estadista não pensa em sua **popularidade momentânea**, mas sim no **projeto de país**, nas reformas estruturantes e no longo prazo. @jairbolsonaro está mudando o Brasil. Fonte: *twitter* [grifos meus]

25. O Juiz Rogério Cunha aplicou a MP da Liberdade Econômica para liberar o Uber em Foz do Iguaçu. É este tipo de legislação que queremos num **novo Brasil!** Fonte: *twitter* [grifos meus]

5.3 HOMESCHOOLING E A ESFERA FAMILIAR

O *homeschooling* ou educação domiciliar é a dinâmica educacional proporcionada pela família. Trata-se de uma posição daqueles que alegam direito à individualidade e o direito da família de prover educação, o que endereça um tom conservador ao tema. Garantir educação à população foi um grande feito institucionalizado pela Constituição de 1988.

O *homeschooling* é um projeto que visa à liberdade individual e o direito da família de prover educação aos seus, dando luz à individualidade e negando a coletividade. Os que defendem a prática de estudos argumentam que a escolha é democrática e que sua anulação seria uma violação ao Estado brasileiro. Há, na Constituição Federal de 1988, diretrizes que auxiliam argumentos favoráveis ao *homeschooling*. Segundo Barbosa (2016, p. 156),

Dessa maneira, é possível verificar que os favoráveis ao ensino em casa no Brasil baseiam-se na CF/88 para defender, entre outros, que: o dever do Estado, no campo educacional, é supletivo e subsidiário ao dever da família; o art. 229 (que expressa o dever dos pais de assistir, criar e educar os filhos menores), bem como os artigos 205 e 206, concedem à família a garantia do direito fundamental, que lhe pertence, de escolher, livre e prioritariamente, o tipo de educação que deseja dar a seus filhos, visando aos fins proclamados na Constituição.

É lógico entender que a prática do *homeschooling* contribui para o crescimento de setores do ramo. Segundo Gaither (2008), todo o empenho dos defensores do *homeschooling* visa também a um mercado que inclui empresas, congressos, produção de materiais, aulas virtuais, gerando novos lucros.

Alguns defensores da prática de ensino alegam um viés ideológico das escolas, em sua maioria, públicas. O papel da individualidade, tão cara ao neoliberalismo, passar a entrar em choque quando a premissa de coletividade entra em ação. Nesse sentido, segundo Gaither (2009, p. 342), “eles são os novos educadores domésticos, retornando à prática histórica do uso da casa para educar por razões pragmáticas ao invés de ideológicas”.

As famílias favoráveis ao homeschooling também fazem referência às falhas no sistema escolar e apresentam críticas ao sistema educacional público como um modelo de produção de massa, que serve aos interesses do governo, atuando as escolas como simples meios para assegurar um controle social por parte do Estado, o que resulta em um conflito de interesses e ideologias e pode limitar as oportunidades de determinados grupos, além de apresentar falhas e fracassar no intento de cumprimento dos objetivos educacionais. (BARBOSA, 2016, p. 160)

No entanto, razões pragmáticas também são razões ideológicas. A escolha da família em prover educação doméstica contribui, segundo Brown (2019), para uma desigualdade social, tendo em vista que a educação é um segmento coletivo responsável por equiparar a formação educacionais dos sujeitos. Os sistemas *voucher* e *charter-school* seriam desleais ao sistema democrático.

Sistemas de *voucher* escolar e escolas licenciadas [*charter-school*], no lugar de controle público sobre a educação primária e secundária, permitem aos pais escolher para seus filhos escolas com “valores alinhados” e evitar corpos discentes e currículos que eles abominam. Na medida em que os *vouchers* protegem a “escolha” familiar contra um público secular e plural, eles simultaneamente contestam a promessa de iguais oportunidades embutidas na educação pública e seu contrapeso limitado, porém, importante, à reprodução, de outro modo inevitável, da estrutura (racializada) de classes. Assim, eles corporificam tanto a familiarização antidemocrática quanto a privatização econômica de um dos domínios mais cruciais da vida pública moderna. (BROWN, 2019, p. 133)

O mapeamento digital feito dos padrões gramaticais do deputado Felipe Francischini mostra dados em que o deputado defender o *homeschooling* como prática possível.

26. Estamos articulando de maneira firme para pautar e votar nas próximas semanas três projetos importantes: PL das Armas, PL do **Homeschooling** e PL do combate à exploração sexual infantil, da Ministra @DamaresAlves. Nossa bancada tem estes três projetos como metas neste 2º semestre. Fonte: *twitter*

27. Ministra @DamaresAlves, fique tranquila! Além de lhe apoiarmos, estaremos debatendo, nas próximas semanas, projetos sobre o **Homeschooling** na CCJ. As deputadas @Biakicis, @CarolDeToni e @ToniettoChris. Fonte: *twitter*

28. Mais uma vitória na CCJ. Superamos a obstrução e entramos no projeto que **DESCRIMINALIZA o HOMESCHOOLING**. Sou relator da proposta e meu veto é favorável. Fonte: *twitter*

5.4 TRAJETÓRICA HISTÓRICA DO PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)

Figura 5 – Imagem do PSL



Fonte: Partido Social Liberal

Inicialmente, cabe trazer o *design* do site do Partido Social Liberal (doravante, PSL). Trata-se de um site organizado, como documentos disponíveis e com descrições bastantes relevantes a respeito do perfil partidário. Consta, no documento, que o partido foi fundado em 30 de outubro de 1994, sendo o programa defendido aquele que visava a menor participação do Estado na economia e direcionamento de impostos arrecadados pelo Estado para a segurança, saúde e educação. Consta na linha cronológica do partido que já em 2006 o já filiado Luciano Bivar defendia a privatização de presídios, a legalização da pena de morte e medidas na área econômica. Em 2018, filia-se ao partido o atual presidente da república ao passo que Luciano Bivar é eleito segundo vice-presidente do partido na Câmara.

No índice “Nossos ideais” está uma descrição do compromisso partidário, que são quatorze. Alguns caracterizam bem o perfil do partido e o que a população conhece como seu perfil. Trata-se de

políticas de esclarecimento à população, que visem a conscientização a respeito dos males provocados pelo comunismo e socialismo;
 proteção à propriedade privada e garantia de que cada cidadão de bem tenha o direito de proteger seu principal patrimônio: a vida. [...] é necessário a revogação do Estatuto do Desarmamento e a criação de condições para que os cidadãos possam ter a posse de armas de fogo [...];
 redução do tamanho do Estado [...] a fim de torná-lo mais ágil e eficiente, bem como menos corrupto;
 incentivo a todas as formas de livre iniciativa privada, mediante a adoção de políticas econômicas liberais, a fim de que haja maior produção de riqueza e melhor distribuição

combate à censura, ao constrangimento e aos desequilíbrios morais e sociais decorrentes do discurso “politicamente correto”
 combate à sexualização precoce das crianças;
 combate à apologia da ideologia de gênero;
 combate aos privilégios decorrentes de “quotas” que resultem na divisão do povo [...]

Além dos itens topicalizados, no site há breves explicações para termos chave da política econômica e partidária. É o caso, nesse sentido, da explicação dada para o liberalismo econômico, que, em tese, é correta. É curioso, no entanto, o uso do verbo “intrrometer” para se referir ao estado de bem estar social.

Liberalismo na economia significa que o Estado deve se **intrrometer** o menos possível na vida econômica do país, permitindo que o indivíduos e as empresas possam atuar livremente, em um ambiente desburocratizado e imune à intervenção estatal excessiva. Acreditamos que, quanto mais o Estado se intrmete na vida das pessoas e empresas, mais ele atrapalha e sobrecarrega o mercado. cremos que países enriquecem na mesma proporção em que adotam o liberalismo econômico. Há, em todo mundo e histórica, evidências mais do que suficientes para comprovar a correlação positiva entre liberalismo econômico e riqueza de países. [grifos meus]

Além disso, há a explicação para o que se entende por iniciativa privada. O indivíduo, segundo consta, é o responsável pelas mudanças e “deve agir e fazer tudo o que estiver ao seu alcance [...] para prosperar”. Quando essas ações ultrapassarem os limites do sujeito, cabe à família e às empresas, por exemplo, as mudanças necessárias. Apenas em última instância, o Estado é responsável pelas transformações.

Acreditamos e incentivamos a ação, a iniciativa, privada. O indivíduo deve agir e fazer tudo o que estiver ao seu alcance, dentro dos limites da Lei da ética, para prosperar. As atividades que não podem ser realizadas pelos cidadãos isoladamente, devem ser, então, de responsabilidades das famílias, associações, empresas ou outras espécies de grupos organizados. Apenas posteriormente, quando fora do alcance dos indivíduos e grupos acima mencionados, o município, o estado e, por último, o governo federal, devem se envolver.

Além disso, uma pauta muito defendida pelo partido é a do conservadorismo. O trecho abaixo, retirado do site oficial do partido, vai ao encontro de Brown (2019) ao explicar que o neoliberalismo se estrutura a partir da espontaneidade da moral e mercado, em que a racionalidade neoliberal seria alcançada de forma natural e orgânica.

Conservador nos costumes é o cidadão que acredita em mudanças lentas, gradativas e naturais que ocorrem com o passar do tempo, mediante a evolução natural do homem e da sociedade. O conservador não é sujeito agarrado ao passado, opositor intransigente de avanços, comprometido em manter a todo custo as tradições existentes no seu habitat. Conservador é aquele que enxerga com desconfiança os “teóricos de gabinete”, os quais têm a mania de achar que encontram a solução para os problemas do mundo e que, portanto, fundados em suas teorias, julgam ter legitimidade para interferir na vida dos outros, ensinando-os como devem viver as suas próprias vidas. Conservador é aquele

que respeita e deseja preservar as instituições (família, entidades religiosas, polícia, Poder Judiciário, entre outros) e costumes, de modo geral.

Assim, cabe trazer uma citação feita por Brown (2019) a respeito da moral, proferida por Hayek.

Há [...] uma herança moral, que é uma explicação para a dominância do mundo ocidental; uma herança moral que consiste essencialmente da crença na propriedade, na honestidade e na família, coisas que não pudemos e nunca fomos capazes de justificar intelectualmente de modo adequado [...]. Devemos retornar a um mundo em que não apenas a razão, mas a razão e a moral, como parcerias iguais, devem governar nossas vidas, onde a verdade da moral é simplesmente uma tradição moral, a do Ocidente cristão, que criou a moral na civilização moderna.⁸

Sobre a democracia, dizem ser um sistema imperfeito, o qual o homem não foi capaz de inventar um melhor.

Apesar de todas as suas imperfeições, a democracia representativa - regime de governo baseado na escola de representantes políticos por meio de eleições periódicas - é a melhor opção disponível, visto que, até agora, o homem ainda não foi capaz de inventar um sistema melhor. Os representantes eleitos devem corresponder à vontade dos seus eleitores. Essa representação demanda uma verdadeira mentalidade de prestação de contas, além de canais de diálogo e comunicação que garantam o efetivo respeito pela vontade e opinião do eleitor. As tecnologias de informação e comunicação são aqui um novo suporte com enorme potencialidades a serem desenvolvidas.

Por fim, sobre a inclusão social, dizem defender

a focalização dos programas sociais para pessoas em condição de maior vulnerabilidade. O Estado deve ampliar a oportunidade de acesso à educação e saúde de qualidade para os mais pobres, concentrando-se no financiamento dos serviços em parceria com a gestão da iniciativa privada, com integração dos indivíduos ao mercado, preservando o poder de decisão nas mãos dos cidadãos através da adoção de Vale-Educação (voucher), Escolas Comunitárias (charter-schools) e programas congêneres. Devemos combater o clientelismo, diminuindo a interferências de políticos e burocratas e fazendo com que os próprios indivíduos sejam protagonistas de sua história.

Brown (2019, p. 133) explica que *charter-schools* são escolas americanas financiadas pelo poder público, mas que possuem independência em suas conduções, ao passo que o vale-educação, isto é, o sistema *voucher*, funciona a partir de um subsídio dado pelo governo para arcar com a matrícula de um período escolar. O processo de reforma neoliberal no contexto educacional já havia sido analisado por Melinda Cooper, em que sistema de escolas licenciadas *charter schools* e *voucher* escolar passam a ocupar da educação antes sob gerência do Estado.

⁸ Friedrich Hayek, “Closing Speech” na Sociedade de Mont Pèlerin em 3 de março de 1984, citado por Brown (2019, p. 109).

Charter schools são escolas nos EUA que possuem financiamento público, mas que são independentes, isto é, são estabelecidas por um grupo comunitário que possui algum tipo de licença, firmada com uma autoridade local ou nacional, para promover a educação de crianças e adolescentes daquela localidade. Já o sistema de voucher para a educação funciona de modo diferente: os pais da (o) aluna (o) recebem um subsídio do governo (o voucher) para custear a matrícula (tuition) daquele período escolar, que pode variar, geralmente sendo de um semestre ou um ano.

Em ambos os casos, “o que ocorre é que escolas são financiadas com dinheiro público mas administradas de modo privado” (BROWN, 2019, p. 133). Esse financiamento feito pelo Estado e a administração pelo setor privado parece se encaixar na explicação que Harvey (2008) faz do neoliberalismo: a tarefa do Estado seria a de criar, garantir e assegurar planos, mas a execução de tais plano ocorreria pelo setor privado.

Vamos aos documentos oficiais do partido. O estatuto partidário do PSL é um documento organizado por dez títulos e seus respectivos capítulos. No documento estão expostos os fundamentos do partido, os direitos e deveres dos filiados, a fidelidade partidária, finanças etc. Consta que o partido será regido, portanto, por seu estatuto e por outros documentos como regimentos, resoluções, código de ética etc. O perfil do PSL é melhor entendido a partir da definição do consta no Art. 3º, sendo

O Partido Social Liberal - PSL se declara social liberalista, considerando forte defensor dos direitos humanos e das liberdades civis, acreditando que o Estado possa exercer na economia papel de regulador, a fim de garantir à população acesso de qualidade aos serviços públicos essenciais e fundamentais, como saúde, educação, segurança, liberdade, habitação e saneamento. Sua estrutura interna, organização e fundamento, se baseiam no respeito à soberania nacional, ao regime democrático, ao pluripartidarismo e aos direitos fundamentais da pessoa humana [...].

Nessa direção, é elencado no Art. 16 o direito de manifestação em reuniões partidárias do ponto de vista pessoal sobre questões doutrinárias e como dever a difusão da doutrina e programa partidários.

Consta em Artigo 124 que o PSL institui um órgão de cooperação chamado Instituto de Pesquisas, Doutrinação e Educação Política que visa ao estímulo e à promoção de debate, pesquisa e divulgação das “questões teóricas vinculadas ao processo democrático e ao avanço social, a realizar cursos e palestras, bem como se articular com o mundo da cultura”. O Instituto recebe, portanto, recursos do Fundo Partidário para “manutenção e execução de suas atividades de doutrinação e educação política”.

Em site oficial, há o Estatuto partidário, quatro resoluções e sete resoluções internas, além do código de ética do partido.

Tais pautas são observadas no Código de Ética do partido, em que diz o Artigo 6 ser dever do filiado

“I - manter o compromisso fundamental do Partido com a Liberdade, a democracia e a justiça social, como princípios básicos, primordiais e inabaláveis;
 II - defender intransigentemente os interesses do Brasil definidos como interesses do povo brasileiro, na integridade do território nacional, na autonomia cultural e no desenvolvimento econômico;
 III - empenhar-se com denodo e perseverança, na busca da unidade das forças populares, fiel à visão pluralista do PSL que queremos;
 IV - velar pela Independência, pela unidade e pelo prestígio do Partido Social Liberal [...]”

No site há dois direcionamentos que contribuem para a compreensão do perfil do PSL: o PSL Mulher, o PSL Jovem e a Fundação INDIGO. Os três direcionamentos contam com abas específicas em que estão descritos seus objetivos e outros estatutos, caso do PSL Mulher.

Sobre as mulheres na política, consta em site que

A sociedade está cada vez mais plural. Olhares diversos, opiniões múltiplas, ampliam o leque de opções no debate e fortalecem a democracia. A presença feminina no cenário político reforça esses pontos, agregando a questão da sensibilidade e eficiência no trato com a coisa pública. O PSL Mulher vem reforçar o compromisso do partido com essa visão de mundo. A criação de um espaço de debates, apresentação de propostas e esforço pela ampliação da presença feminina no universo político nacional.

Além disso, entende-se o contexto feminino no PSL como “Departamento Feminino”, conforme Artigo 1 do Estatuto do Departamento Feminino do Partido Social Liberal – PSL Mulher. São objetivos do PSL mulher “defender os direitos da mulher à liberdade, ao trabalho, à educação, à formação política, à saúde, ao esporte, ao lazer e à cultura, a defesa à democracia, à soberania e à independência nacional e ao meio ambiente.”, conforme Artigo 5.

Ainda, há a Fundação INDIGO, que

Criada em 2010, a Fundação Indigo tem como objetivo incentivar, promover e divulgar, permanentemente, o debate de ideias, de modo a enriquecer e renovar a análise e a compreensão do processo histórico, econômico, social, político e cultural da sociedade moderna e, em particular, da sociedade brasileira. A proposta é empreender ações compatíveis com o progresso e o desenvolvimento do país, primando pela preservação dos objetivos que compõem o decálogo social liberal e que constituem nossos princípios básicos, primordiais e inabaláveis. Essas ações acontecem por meio da produção de estudos, pesquisas e análises nas diversas áreas, gerando conhecimento que permita aos cidadãos atuar de forma mais efetiva na transformação da sociedade.

5.5 “O ÍNDIO QUER PRODUZIR, NÃO MORRER DE FOME”

O meio ambiente parece ser uma pauta confusa nas defesas que o deputado Francischini faz. Em um momento, defende a produção agropecuária em terras indígenas. Como é sabido, o neoliberalismo se apropria de todos os recursos possíveis para a geração de lucro, entre eles os recursos naturais. A produção agropecuária em terras indígenas seguiria essa lógica, que é reafirmada pelo verbo “produzir”. Ainda, defende que a falta de produção levaria a população indígena à fome.

29. CCJ: Votaremos, na próxima terça, uma PEC que permite a **produção agropecuária em terras indígenas**. O índio quer **produzir**, não morrer de fome. Não entendo os deputados que são contrários. Lutarei para a aprovação da proposta! Fonte: *twitter* [grifos meus]

A ideia de que o índio quer “produzir” se insere naquilo que Cesarino (2020) coloca como cadeia de equivalência do bolsonarismo a partir do significante vazio “Brasil”.

Foi, notadamente, o caso da versão vulgarizada da ideologia freyreana da miscigenação racial, recuperada na memética, em declarações do candidato e do seu vice, e em esforços concertados como o movimento “Minha cor é o Brasil”. Neste último, difundido especialmente através de vídeos em todas as plataformas, pessoas negras e indígenas (como Hélio Negão e Ysani Kalapalo) contestavam frontalmente a representatividade do movimento negro e indígena, reivindicando sua liberdade para se unir à cadeia de equivalência do bolsonarismo, centrada no significante vazio “Brasil”. Na memética de inversão de acusações, as políticas de identidade – na figura do “vitimismo” do movimento negro, feminista e LGBT, ou do “privilégio” da política de cotas – é que apareciam como dividindo a sociedade brasileira e propagando discursos de ódio. (CESARINO, 2020, p. 543)

O deputado parece se contradizer na pauta meio-ambiente. Inicialmente, se opõe - e até projeto de lei propõe - a respeito de sujeitos que agridem o meio ambiente. No entanto, afirma que é preciso produzir em terras indígenas como se as terras fossem espaço em desuso. Por um lado, há a pauta neoliberal de privatizar todos os recursos possíveis, por outro lado há a ideia de o espaço indígena não ser o de “socialização”, isto é, o espaço do homem branco e capitalizado, colocando a população indígena em processo de anulação.

21. Lembram da fraude mundial da alemã Volkswagen? Instalaram um software para mascarar emissão de poluentes, atentando contra o meio ambiente e a saúde. Onde estavam os órgãos europeus de controle e fiscalização?

5.6 SÍNTESE: GRAMÁTICA DO DEP. FEDERAL FELIPE FRANCISCHINI E PSL

Esta seção apresenta uma síntese da análise feita nas seções anteriores referentes aos padrões discursivos e gramaticais do deputado federal Felipe Francischini e de seu alinhamento ao partido ao qual é filiado, o Partido Social Liberal. Em relação aos outros deputados analisados, o deputado Francischini é o que mais faz uso moderado das redes sociais. Os dados investigados apontaram para defesas das liberdades econômica e individual, a abertura do mercado, o empreendedorismo, *homeschooling*, defesa da posse de armas etc.

Em primeira análise, cabe afirmar que a gramática do deputado é de tom populista. Isso pelo motivo de o carisma ser uma estratégia utilizada para atingir seu público eleitor. Com frequência, o deputado dialoga com o fetiche da autenticidade (CESARINO, 2019, p. 540) no que concerne à punição de sujeitos infratores.

Nessa direção, insere-se o conceito de cidadão de bem e o desejo pela ordem, que podem ser associados à fronteira antagonística amigo-inimigo que, por vezes, é caracterizada pela esquerda, pela mídia, pelos indivíduos que visam à desordem associados a opositores partidários etc. Nessa perspectiva, observou-se que a atuação no plano dos afetos e das paixões, que está presente em governos populistas, faz-se presente na gramática do deputado. Diversos são os itens linguísticos mobilizados: o marginal, a bandidagem, o patriotismo etc. Em relação ao termo patriotismo, há uma exaltação de um novo Brasil, comumente associado a um projeto de país.

Em outra direção, está, assim como fez a deputada Canziani, a defesa do *homeschooling* e a substituição do Estado familiar pela esfera familiar, tomando como premissa o entendimento que de há viés ideológico no ensino propiciado pelo Estado. Para Brown (2019), o *homeschooling* funciona por meio dos sistemas *voucher* e *charter-school*, os quais divergem das premissas democráticas.

Nesse sentido, cabe trazer as defesas feitas no estatuto partidário do PSL. É notória a defesa feita da autonomia do mercado, o ataque ao socialismo e à ideologia de gênero, à redução do Estado etc. O documento, de orientação conservadora, vai ao encontro da essência neoliberal postulado por seus pensadores, isto é, a espontaneidade da moral e do mercado.

Em suma, a gramática do deputado, também formatada por estratégias populistas, é configurada como uma gramática militar, instaurada em contextos de “guerra”.

6 DEPUTADO FEDERAL VINICIUS POIT E PARTIDO NOVO (NOVO)

As seções a seguir foram elaboradas a fim de apresentar o perfil pessoal e parlamentar do deputado federal Vinicius Poit bem como a descrição do Partido NOVO. Há, portanto, em algumas seções, a análise de determinados padrões gramaticais, ao passo que em outras seções há a descrição dos itens lexicais selecionados pelo deputado.

6.1 TRAJETÓRIAS PESSOAL E PARLAMENTAR DO DEP. FEDERAL VINICIUS POIT

Figura 6 – Imagem do dep. federal Vinicius Poit



Fonte: Câmara dos Deputados

Vinicius Lazzer Poit nasceu em 31 e um de janeiro de 19869, em São Bernardo do Campo, interior de São Paulo. Possui nível superior em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e pós-graduação em *coaching* pela Sociedade Brasileira de *Coaching*. Foi eleito pelo Partido NOVO em São Paulo no ano de 2018-2022, e é líder pelo mesmo partido. Em descrição no site do NOVO, o deputado descreve seu perfil da seguinte maneira:

Sou cofundador do Recruta Simples, plataforma online de recrutamento rápido. Fiz Administração de Empresas na EAESP – FGV, tenho experiência com Reestruturação de Empresas, Mercado Financeiro e atuei na Poit Energia até sua venda em 2012. Sou pós-graduado em Coaching, pela Sociedade Brasileira de Coaching, embaixador do Brazil Lab e mentor da Endeavor, instituto que apoia o empreendedorismo de alto impacto. Sou um entusiasta de causas sociais, atuando especialmente no resgate de pessoas em situação de rua

⁹ Os dados bibliográficos do deputado foram retirados do site da Câmara dos Deputados, do site do Partido NOVO e de pesquisas em redes sociais pessoal.

via ONGs como a Make Them Smile e a ARCAH, das quais participo ativamente.

Segundo informações retiradas do site¹⁰ da Câmara dos Deputados, o deputado, no ano de 2021, foi autor de 27 propostas legislativas e não possui ausências em plenário. Foi Relator da PLP 146/19 - Startups, Relator da Subcomissão de Empreendedorismo e Inovação e do PL 4881-12 - Política de Mobilidade Urbana. Seu gasto em relação à cota parlamentar é de 14.62%, sendo, em números, o valor de 21.665,60. O gasto de verba de gabinete é de 107.237,60, o que em percentuais equivale a 32.01%. Não faz uso de imóvel funcional e não recebe auxílio-moradia.

Em uma de suas postagens, o deputado é assertivo em defesa de suas pautas, pois evidencia as diretrizes, que são as referências reformas, privatizações, desburocratização e abertura do mercado. São estratégias de uma economia neoliberal, apontadas pela justificativas dadas pela referência “recuperação econômica” e pelas predicações “rápida” e “consistente”. As palavras grifadas em letras maiúsculas também podem servir de referência para uma atenção maior ao que está sendo exposto, ou seja, são itens iconizados, apontando para uma relação de ênfase e importância do que está sendo dito. Os ícones também parecem ser um diferencial na indexicalização dos sentidos, e são recorrentes nas publicações do deputado Poit. Por exemplo:

1. Reformas. Concessões. Privatização. Desburocratização. Abertura do mercado. Isso vai nos ajudar a ter RECUPERAÇÃO ECONÔMICA mais RÁPIDA e CONSISTENTE! MEU COMPROMISSO é fazer essas pautas caminharem no Congresso. #FOCONASOLUÇÃO11

A análise do perfil neoliberal de Poit pode ser iniciado a partir de seu entusiasmo em relação a ONGs e projetos sociais. Segundo Cesarino (2020, p. 84), a aliança entre neoliberalismo e conservadorismo, que não é recente, está ainda mais consolidada em tempos contemporâneos. A antropóloga, com base em Fraser (1997), explica que há uma retroalimentação entre neoliberalismo e conservadorismo: em um contexto de reformas

¹⁰ <https://www.camara.leg.br/deputados/204532>

¹¹ Os dados para esta pesquisa, por serem retirados de postagens das mídias digitais, podem sofrer configuração na transcrição, caso, por exemplo, das postagens do *twitter*. Nesses casos, poderá haver pontuações, por parte da autora, nas postagens coletadas em função da harmonia deste texto, o que não implica, de maneira alguma, a alteração dos sentidos. Trata-se de apenas de formatação nas transcrição dos dados. Nesses casos, não será transcrita a linguagem semiótica dos *emoticons*.

liberais, o Estado cede espaço para instituições privadas como a família, a igreja etc. Segundo a hipótese de Cesarino, na citação abaixo, o deputado parece estar situado no campo do neoliberalismo progressista. Conforme (Cesarino 2020, p. 84)

No vácuo da neoliberalização, vão sendo gradualmente avançadas propostas caras aos evangélicos que implicam a ocupação, por igrejas, de funções outrora públicas como as comunidades terapêuticas e os conselhos tutelares. Talvez se possa levantar a hipótese de que essas e outras agências paraestatais venham substituindo as ONGs na passagem do neoliberalismo progressista para o conservador – o que ajudaria a explicar o lugar privilegiado destas últimas como inimigos no discurso antagonístico do governo Bolsonaro.

Nesse contexto de empreendedorismo, estão presentes as *startups*, que são empresas jovens que visam à inovação e à tecnologia nos diversos setores da sociedade. Um dos campos de atuação delas, no entendimento de Poit, é a educação. O deputado é enfático ao escrever que as *startups*, que pertencem ao setor privado, podem gerar “soluções de mercado” para “problemas que o Estado não consegue lidar”, e referência *startups* com a predicação “peça fundamental” de um jogo. O deputado não diz quais são os problemas que o Estado não consegue lidar, tampouco o motivo. Além disso, não especifica a referência “jogo”:

3. Já são mais de 10 MIL STARTUPS em atividade no Brasil! Sabe qual setor em que a maioria delas atua? EDUCAÇÃO! É importantíssimo termos soluções de mercado para problemas que o Estado não consegue lidar. As startups são peça fundamental nesse jogo! #MarcoDeStartups

Ainda no que tange ao modelo de *startups*, o deputado parece colocar a legislação no eixo da inversão: as leis, que garantem direitos trabalhistas, são colocadas como obstáculos para os gestores de *startups*. Em outra postagem, coloca um projeto de lei na mesma ótica de análise.

4. Em pesquisa feita pela @ABStartups, mais de 70% dos gestores de startups estão INSATISFEITOS com o ambiente regulatório. Isso significa que o EXCESSO DE LEI IMPEDE O CRESCIMENTO de negócios no Brasil! Vamos mudar isso com regulações flexíveis no Marco das Startups.

5. Grandes empresas estão TRABALHANDO DURO para ajudar a SUPERAR A CRISE do coronavírus. Aí vem a ideia da PLP34/2020 pra CONFISCAR LUCRO DE EMPRESAS que tem patrimônio de +R\$1 bi. Não é o caminho. Vimos no Plano Collor que TOMADAS COMPULSÓRIAS de (emoticons de saco de dinheiro) não funcionam. #PLP34NÃO.

O deputado busca parece ser uma eficiência que somente o setor privado é capaz de propiciar, renegando o Estado ao atraso e à ineficiência.

6. A TRANSPARÊNCIA dos órgãos públicos não acompanha o ritmo dos avanços da tecnologia. De 303 órgãos analisados, somente 43 cumpriram totalmente a Lei de Acesso a Informação. Precisamos trazer mais EFICIÊNCIA e modernização com boas práticas de GOVERNO DIGITAL! #GovTech

Por fim, cabe fechar esta subseção com uma postagem de Poit que nos leva a entender, metapragmaticamente, o significado do item lexical “nascer”.

7. Sabe por que não nasce um Steve Jobs ou um Bill Gates no Brasil? Nosso país não tem um ambiente favorável à INOVAÇÃO. Vamos mudar essa realidade com a relatoria do MARCO DE STARTUPS! Redução de burocracia, mais oportunidade de TRABALHO e mais chance das startups crescerem.

6.2 TRAJETÓRIA HISTÓRICA DO NOVO: DOCUMENTOS OFICIAIS

Figura 7 - Imagem do NOVO



Fonte: Partido NOVO

O deputado é filiado ao Partido NOVO, sigla composta majoritariamente por homens brancos e de classe média. Em sua maioria, idealizadores de *startups*, empresários e empreendedores que defendem o indivíduo como único gerador de riquezas, a premissa de que todos são iguais perante a lei, o livre mercado e o indivíduo como agente de mudanças. Todas as características descritas sob a alegação de que “não podemos continuar deixando o Estado escolher o que é melhor para nós com a desculpa de estar nos ‘protegendo’”. De acordo com uma passagem retirada do site oficial:

O NOVO é um movimento que foi iniciado por cidadãos insatisfeitos com o montante de impostos pagos e a qualidade dos serviços públicos recebidos. Este grupo de pessoas nunca havia se candidatado a nenhum cargo eletivo, mas concluiu que um partido político seria a ferramenta democrática adequada para realizar as mudanças desejadas e necessárias. Analisando os partidos políticos existentes, concluíram que nenhum deles defendia claramente a maior autonomia e liberdade do indivíduo, a redução das áreas de atuação do Estado, a diminuição da carga tributária e a melhoria na qualidade dos serviços essenciais, como saúde, segurança e educação. Em razão desta constatação, optaram pela formação de um novo partido político.

Seu fundador, dentre uma lista de 181 nomes, é o engenheiro João Dionísio Filgueira Barreto Amoêdo, e a sua data de fundação é o ano de 2011. No que tange à Fundação do Partido, é proposto uma “educação política e de cidadania”, o

“desenvolvimento de métodos, técnicas, programas e modelos de gestão pública” e “a realização de pesquisa, de convênios e de parcerias, notadamente com Universidades”, podendo “contratar serviços de consultoria de empresas especializadas, de notória reputação”, conforme consta em Estatuto partidário.

Para um entendimento mais amplo das dinâmicas partidárias do NOVO, foram estudados quatro documentos oficiais do partido, a saber, o i) Estatuto do Partido NOVO, o ii) Termo de Compromisso Partidário e Atuação Legislativa, iii) o Código de Conduta e iv) o Termo de Compromisso Partidário e Gestão de Poder.

O primeiro documento analisado foi o Estatuto Partidário do NOVO, exposto em um documento de cinquenta páginas. No início do documento, é disposto no Título I a definição, o objetivo e a simbologia do partido. É relevante apresentar aqui o Artigo 2º para entender qual o objetivo central do partido:

Art. 2º - O NOVO tem como objetivo zelar pelo cumprimento da Constituição Federal, defender os direitos fundamentais nela garantidos, assegurar a autenticidade do sistema representativo, defender a democracia e as instituições a ela inerentes, contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável, zelar pelo respeito à liberdade de expressão, defender os princípios republicanos de respeito a coisa pública e ao bem comum, buscar a eficiência e qualidade na gestão pública, arregimentar filiados com identidade de objetivos, e concorrer a eleições para composição do Poder Executivo e do Poder Legislativo, municipais, estaduais e federais, com candidatos próprios ou em coligação partidária.

É importante apontar, de acordo com a passagem “contribuir para o desenvolvimento socioeconômico sustentável” que, recentemente, um dos filiados ao partido passou por um processo de expulsão justamente por ferir não apenas o que diz a citação, mas em relação a desencontros ideológicos. O indivíduo é o atual ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, que flerta constantemente com os ideais do atual presidente da república Jair Bolsonaro, ex-membro do Partido Social Liberal (doravante, PSL).

O Ministro, em reunião interministerial, defendeu que a crise pandêmica a qual enfrenta o mundo é uma oportunidade para “passar as reformas infra legais de desregulamentação”, “mudar todo o regramento” e “simplificar normas”, a respeito dos impasses de aplicar projetos de cunho neoliberal na região amazônica. Segundo o atual ministro, “Entre Amoedo e Bolsonaro, fico com Bolsonaro!”, frase postado em sua rede social, falas que levaram ao desligamento do atual ministro do Partido NOVO. Em Estatuto, a expulsão é possível em casos de “violação voluntária e grave da Constituição Federal, da lei, do Estatuto, dos programas partidários, da probidade administrativa no

exercício do mandato parlamentar, executivo [...]” e “a prática de atos que tenham causado ou possam causar dano [...] moral grave ao NOVO”. Entende-se que as atitudes de Salles, de certa forma, desencontraram-se com as ideias do NOVO.

Outra característica do NOVO é a proposta de recursos financeiros. Ele não utiliza fundos públicos para sua organização interna, estruturando-se apenas pelo recolhimento de contribuição financeira dos filiados, sendo o valor mínimo de contribuição o de R\$28, que pode configurar indisciplina grave caso o filiado atrase 4 meses consecutivos o pagamento da parcela. O partido se recusa a utilizar recursos vindos de fundo partidário, exceto em usos obrigatórios por força de lei. A recusa do fundo partidário, quiçá seja possível em função do apoio de iniciativas privadas ao partido. Segundo consta em site oficial,

“O NOVO é único partido que não utiliza recursos públicos por uma questão de princípios. Acreditamos que os partidos devem ser financiados por aqueles que compartilham suas ideias e valores. O valor recebido do Fundo Partidário está aplicado no Banco do Brasil. Enquanto isso, tentamos uma maneira de devolver ao Tesouro Nacional.”

Nesse sentido, conforme Artigo 81 do Estatuto partidário, os recursos financeiros do NOVO serão advindos dos filiados ao Partido, de doações por pessoas física ou jurídica, as quais não podem ter seus nomes em displicência, da “venda de produtos com marca ou símbolos de NOVO”, de “juros de depósitos bancários de aplicações financeiras”. Caso seu patrimônio venha a ficar invisível, serão doadas as arrecadações à Cruz Vermelha Brasileira, conforme Artigo 88 do estatuto.

O outro documento que sustenta os planos do partido é o Código de Conduta, parecendo ser o documento uma versão enxuta do Estatuto. Cabe trazer aqui o Artigo 3º, em que está disposto que “O NOVO não se imiscuirá na vida privada de seus filiados, dentro ou fora do ambiente partidário, exceto quanto a condutas que possam direta e objetivamente prejudicar a imagem do NOVO”, pois, conforme Estatuto, é preciso que seus mandatários disponham de “ilibada reputação”. O NOVO demonstra, por meio de sua legislação interna, uma preocupação notável com sua imagem. Ainda no Código de Conduta, o Artigo 4º define como dever em relação à preservação da imagem e da instituição a divulgação “apenas da identidade visual do Partido [...] mídias sociais [...]” e não se manifestar por conta própria quando não autorizado. São notórias, ao longo da leitura, reflexões recorrentes em torno da imagem que o NOVO quer transmitir, que parece ser a do indivíduo liberal, isto é, um indivíduo arrojado, dono de si e de sua

liberdade, o qual empreende a própria história, sempre de acordo com os “bons” preceitos morais.

Em termos político-econômicos, por sua vez, no Termo de Compromisso Partidário e Atuação Legislativa é proposto que o compromisso do partido é o de “combater privilégios na área pública e economizar o dinheiro do pagador de impostos”, separando a gestão pública da gestão partidária. Já no artigo 6º do Estatuto Partidário, há a defesa de o mandatário “trabalhar em prol do cidadão, visando a extinção do fundo partidário, a redução de privilégios, a diminuição do tamanho e custos do Estado e as demais bandeiras do NOVO”.

O combate à noção de privilégios é pauta recorrente para o partido. Cesarino (2020, p. 544) explica que a ideia de privilégios, associada ao Estado, é polissêmica ao passo que há em seu sentido o entendimento de “mamata”. Em um eixo amigo-inimigo, o Estado é quem detém privilégios - por vezes o funcionalismo público - e a iniciativa privada seria compreendida como um trabalho livre desses privilégios.

Um dos significantes vazios do inimigo que articulou de modo mais eficaz os eixos da redistribuição e do reconhecimento foi a “mamata”. Durante a campanha, esse termo traçou uma equivalência firme entre demandas por reconhecimento através de políticas da diferença e grupos que sustentariam privilégios às custas dos impostos pagos por quem trabalha “de verdade”.

A noção de privilégios foi encontrada em uma das postagens do deputado Vinicius. O conteúdo da postagem faz referência justamente à noção de privilégios associada ao Estado, mais especificamente, ao funcionalismo público. Nessa vertente, entra a proposta de “reforma administrativa”, a qual compõe um eixo de reformas da máquina pública. É perceptível uma performance quando o deputado utiliza letras garrafais como maneira de enfatizar ainda mais o significado do item lexical.

8. ÓTIMA INICIATIVA. O governo anunciou que vai enviar a REFORMA ADMINISTRATIVA na próxima semana. Não podemos mais esperar! Mudar a máquina do Estado e criar o NOVO SERVIÇO PÚBLICO é uma demanda urgente. Vamos ACABAR COM PRIVILÉGIOS e SEPARAR O JOIO DO TRIGO com a reforma!

9. A REFORMA TRIBUTÁRIA será discutida ao mesmo tempo por deputados e senadores em COMISSÃO MISTA. Vamos ganhar VELOCIDADE para APROVAR A REFORMA logo.

É relevante apontar que, no rol do combate aos privilégios do funcionalismo público, a deputada inclui também a sua própria ocupação, que é a carreira política. A lógica parece ser a de apropriar-se da vida pública para enaltecer e criar planos para a esfera privada.

10. Cortar salários de políticos e elite do funcionalismo? Reduzir gastos desnecessários da máquina pública? Congelar aumento de salário por 2 anos, seguindo projeto de Guedes? Aprovar o CONFISCO DE PARTE DO LUCRO DAS EMPRESAS? Parece piada, mas não é... #PLP34NÃO. Fonte: *twitter*

O NOVO inova ao caracterizar o partido com traços do setor empresarial. Conforme consta no Artigo 7º do Estatuto, é objetivo do partido “instituir, propor e apoiar medidas que incentivem e garantam a responsabilidade fiscal, as liberdades individuais, o empreendedorismo, a livre concorrência e, sempre que possível, a transferência de atividades exercidas pelo poder público para o setor privado” além de “votar contra projetos ou medidas que tenham por resultado prático a criação, aumento ou manutenção da burocracia, ingerência do poder público na vida dos cidadãos ou aumento da carga tributária”. Essa proposta é vista nos comentários de Poit:

11. [...] A POLÍTICA ECONÔMICA LIBERAL vai nos dar FORÇA pra SAIR DA CRISE! Fonte: *twitter*.

12. A política econômica liberal vai levar o Brasil ao topo! Fonte: *twitter*.

13. Um destaque é a nossa PL 2553/2019, para acabar com a obrigatoriedade de alvarás para negócios de baixo risco, contemplado na LEI DE LIBERDADE ECONÔMICA. [...] Fonte: *twitter*.

14. A FALHA DO SERVIÇO PÚBLICO não está nos servidores, mas sim no SISTEMA, que acaba incentivando politicagem, corrupção e comodismo. Quem perde com isso é o cidadão!!! Por isso, precisamos MUDAR A REALIDADE e fazer um funcionalismo público que realmente esteja a serviço do povo. Fonte: *twitter*.

Essa defesa quiçá é feita em função do rótulo de corrupção atribuído às atividades estatais. Nesse caminho, cabe trazer o que propõem Kalil (2018):

a solução proposta para corrupção é, em geral, a redução do Estado (Estado mínimo) e a substituição de políticos profissionais por figuras outsiders (estratégia amplamente explorada por Bolsonaro) ou por políticos não profissionais. A corrupção é considerada nesta perspectiva como algo “inerente” aos governos, à gestão pública, mas ausente ou pouco presente nas empresas privadas ou grandes corporações. Mesmo a corrupção do setor privado aparece, nesta perspectiva, como uma consequência da corrupção pública e não ao contrário. (KALIL, 2018, p. 9).

Além do proposto por e Cesarino (2020):

No contexto de austeridade neoliberal progressiva em que vivemos, não é difícil fazer com que empregos estáveis como os do funcionalismo público, ou mesmo qualquer emprego com garantias e benefícios (o chamado trabalho do tipo fordista), apareçam, aos olhos de boa parte da população, como privilégios (Brown, 2019). Quando a precarização generalizada da vida vai virando regra, inclusive entre as classes médias, estas se (auto) repositonam como subalternos dentro de um campo profundamente modificado que não prevê um lugar para a gramática do reconhecimento a não ser como um inimigo – ou, na

melhor das hipóteses, um competidor por recursos escassos. (CESARINO, 2020, p. 545)

São notórias, ao longo da leitura, reflexões em torno da imagem que o NOVO quer transmitir, que parece ser a do indivíduo liberal, isto é, um indivíduo arrojado, dono de si e de sua liberdade, o qual empreende a própria história, sempre de acordo com os “bons” preceitos morais.

6.3 ANTAGONISMO: O ESTADO COMO INIMIGO

Em um de seus vídeos no *youtube*, o deputado Vinicius Poit explica o motivo de o Brasil estar na 153ª posição em um *ranking* sobre o índice da liberdade econômica. O índice citado é organizado, segundo Poit, pela *The Heritage Foundation*. A *The Heritage Foundation* é, segundo Rocha (2015), um *think tank*, e explica que os primeiros *think tanks* surgiram como instituições privadas para atuar no apoio às políticas públicas e à divulgação de ideias. Por serem independentes, não sofreriam influências de determinados interesses, cumprindo-os de forma “neutra”. Conforme Rocha (2015, p. 263), os *think tanks* eram

Organizações civis privadas, mantidas com doações de pessoas físicas e/ou jurídicas, que reuniam especialistas e técnicos, normalmente recrutados junto a academia. Os membros dos *think tanks* procuravam dedicar-se a pesquisa científica e a divulgação de ideias no campo das políticas públicas da forma mais autônoma e independente possível em relação a grupos de interesse específicos. Esse tipo de atuação, consoante com o espírito progressista e “científico” que passou a predominar no início do século XX nos Estados Unidos, seria possível, pois essas organizações não sofreriam interferência ou pressão de grupos de interesse específicos, como ocorreria em agências estatais, governos, universidades ou partidos, o que lhes facultaria a possibilidade de conduzir suas atividades-fim de forma mais “neutra”, “científica” e “desinteressada”, e por isso mais “confiável” em comparação a outros loci de pesquisa e produção de ideias e políticas públicas [...].

No entanto, a partir da década de 70, houve uma crescente tendência de os *think tanks* atuarem a partir de um viés ideológico, em sua grande maioria, um viés de direita. É o caso da *The Heritage Foundation* que, segundo Rocha (2015), é o *think tank* de direita mais influente dentro e fora dos EUA. Sua inauguração, nesse sentido, deu início aos chamados *think tanks* “ativistas”, que se contrapõem à ideia de neutralidade no início do surgimento, atuando na formulação de materiais de *marketing* e de estratégias de comunicação endereçadas a grupos específicos de sua orientação ideológica. Essas instituições, em sua maioria, tinham como essência o neoliberalismo, e visavam à disseminação de sua agenda. Ainda, sobre a *Heritage*, diz Rocha (2015, p. 264)

Sua missão é formular e promover políticas públicas conservadoras baseadas nos princípios da livre empresa, do Estado mínimo, da liberdade individual, dos valores tradicionais norte-americanos e de uma forte defesa nacional. Para atingir tal objetivo, sua equipe direciona suas estratégias de marketing para um público-alvo composto por membros do Congresso, membros de equipes parlamentares, formuladores de políticas públicas no Poder Executivo, mídia nacional, e comunidades acadêmicas.

Ao se direcionar ao *ranking* em que se situa o Brasil, segundo a *Heritage Foundation*, Poit mobiliza o que Cesarino (2019) chama de “estética binária”. O deputado, ao se referir ao governo de esquerda no Brasil, referencia-os como “turminha vermelha”. O eixo antagonístico amigo-inimigo é observado na referência feita a países que estão sob regimes ditatoriais. Além disso, coloca também a mídia sob eixo antagonístico: a “mídia vermelha”. Em ambos os casos, o inimigo maior é o comunismo, referenciado na gramática de Poit a partir da mobilização da cor “vermelha”.

15. Outro exemplo é a **mídia vermelha comprada**, que depende da publicidade do governo para existir.¹² Fonte: *youtube* [grifos meus]

16. Na real, por pouco, não fomos classificados como um país reprimido, junto com aquela **turminha vermelha** de Cuba, da Venezuela e a Coreia do Norte. Fonte: *youtube*

Governos populistas utilizam estratégias que atuam no plano dos afetos, configurado pela mobilização de símbolos, palavras de ordem ou cores. A intenção é atingir o eleitorado por meio de mobilizações afetivas:

Essas e outras contraposições estéticas binárias visavam atuar diretamente no plano dos afetos, gerando efeitos viscerais de atração por um grupo (o da direita) e repulsa pelo outro (o da esquerda). Esses afetos se associavam a símbolos muito básicos como palavras de ordens ou cores – notadamente, a dicotomia vermelho versus verde-e-amarelo. (CESARINO, 2019, p. 542)

Ainda:

[...] a campanha Bolsonaro foi incorporar como seu símbolo maior a camisa canarinho, já apropriada para a direita pelo antipetismo dos anos anteriores. Desde o início, a campanha do PSL contrapôs o verde-e-amarelo ao vermelho do PT, do MST, do comunismo, como se o que ele representasse não fosse parte legítima da nação brasileira: “nossa bandeira nunca será vermelha”. “Esquerdistas” eram repetidamente exortados a deixar a nação, para Cuba ou para a Venezuela. A simbologia das cores e outros elementos estéticos estão longe de ser apenas cosméticos, visto que a mobilização do tipo populista opera em larga medida através de significantes vazios, no plano subconsciente dos afetos. (CESARINO, 2020, p. 114)

O eixo antagonístico é notado também na relação entre Estado e indivíduo. Para Poit, o Estado explora o indivíduo por meio de impostos, além de reduzir a sua liberdade

¹² No vídeo, no momento da fala citada, surge a imagem da revista Carta Capital.

individual. Poit afirma que no Brasil não há “liberdade” para os indivíduos controlarem suas próprias iniciativas: o trabalho, o dinheiro ou patrimônio. Tal colocação coloca o Estado como adversário do indivíduo, o qual seria controlado pelo Estado. O termo “liberdade” é caro ao ideal neoliberal, o qual propõe a liberdade individual acima de toda e qualquer regulamentação do Estado. O verbo “controlar” reforça o eixo antagonístico: controlado-controlador.

17. É inacreditável que um país com potencial econômico do Brasil nos ofereça tão pouca **liberdade**. Aqui, as pessoas não são realmente livres para **controlar** seu trabalho, seu dinheiro, seu patrimônio. Fonte: *youtube*

Em outro momento, coloca novamente o Estado como inimigo: o indivíduo é posto em condição de perdedor diante do pagamento de impostos. Sabe-se que, em um plano neoliberal, a contribuição por meio de impostos é renegada, ficando a cargo das políticas de esquerda a defesa da cobrança. Além disso, coloca a contribuição de impostos na condição de “obrigação”, o que está diretamente ligado ao verbo “controlar”: o Estado controla o indivíduo, que se vê “obrigado” a alguma ação. Nesse sentido, no campo de significados, os termos “obrigados” e “perder” colocam o Estado como inimigo do indivíduo, e, de certo modo, configurando o eixo de inversão.

18. Nós somos **obrigados** a trabalhar mais de 150 dias (153 dias) por ano para pagar imposto. E você acha mesmo que a qualidade do serviço público no Brasil compensa todo esse dinheiro que o povo **perde** para o governo? Fonte: *youtube* [grifos meus]

Nesses casos, a essência neoliberal está presente. Cesarino (2019, p. 543) afirma:

havia um componente sutil mas persistente que eu classificaria como “neoliberal”. Ele aparecia em conteúdos que remetiam tanto ao eixo da equivalência, em noções genéricas de mérito e liberdade individual, quanto ao eixo da diferença, através de noções de privilégio, corrupção ou coletivismo.

Uma fala de Vinicius Poit merece uma reflexão longa. O deputado, fazendo uso do eixo amigo-inimigo, elege também os direitos trabalhistas como inimigo. O deputado discorre a respeito dos direitos dos motoristas de aplicativos e difere-os nomeando-os como “parceiros”. Esses parceiros seriam isentos de características trabalhistas do tipo fordista e se assume uma carteira de trabalho “comum”, no momento inexistente. Ele elenca três argumentos para seu ponto de vista: o primeiro diz respeito à flexibilidade de horas de trabalho, como se o indivíduo optasse trabalhar mais de 8h por dia por vontade,

nomeando tal regra trabalhista como arcaica; o segundo coloca a empresa no papel de “vítima”. Sua frase final é enfática para a atribuição ao eixo amigo-inimigo: “Então, justiça, sai do cangote do empreendedor [...].”

19. (...) a Justiça do Trabalho passou a reconhecer vínculo trabalhista entre a *Loggi* e os motoboys que trabalha com esse aplicativo. Deixa só eu explicar melhor: hoje tem o pessoal que trabalha de motorista com a *Uber*, de motoqueiro e motoqueira com a *Loggi*, com a *Rappi*, e esses aplicativos todos que colocam o cliente em contato direto com quem presta o serviço. Esse pessoal todo, gente, trabalha de forma independente, é a pessoa que decide quanto que vai trabalhar para ganhar o quanto precisa e como que vai trabalhar, enfim... então não é um funcionário da empresa, do aplicativo, da *Uber*, da *Loggi*, do *Rappi*, o cara trabalha em parceria... é usuário do aplicativo também. Funcionário é quem fica lá no escritório da empresa, quem ajuda a coordenar, por exemplo, esses parceiros. Gente, esse modelo aí precisa de liberdade, de flexibilidade, só que não: a justiça do trabalho quer engessar tudo, e agora tá falando que o motorista e *motoboy* que é parceiro é funcionário. Sabe o que que isso quer dizer? Que vai ter limite de 8h de jornada para trabalhar por dia e que tudo tem que tá na carteira de trabalho comum. Só que isso aí para um tipo de negócio que precisa de flexibilidade para quem quer trabalhar mais de 8h vai quebrar tudo. Primeiro: quem precisa de flexibilidade já sai perdendo, né. Agora tem que seguir todo o padrão da justiça trabalhista que (...) que é arcaico. Segundo: o motorista, o motoboy é que vai pagar a conta. Se a justiça começa a cobrar a adicional de periculosidade, por exemplo, para todo mundo que vai de moto, no final a empresa ajusta o preço, paga menos na remuneração pro motoboy, pra equilibrar as contas e aí sobra pro trabalhador. Terceiro: se a justiça quiser engessar tudo aí é o preço final do cliente que sobe, e preço que sobe a gente já sabe que espanta a clientela, acaba com o negócio. Mais uma vez é a justiça condenando quem trabalha (...), colocando sempre algo a mais para atrapalhar o cidadão. Dá a impressão até que o Brasil não quer se modernizar, não quer ser um país do futuro. Então, justiça, sai do cangote do empreendedor, para de atrapalhar quem quer um Brasil para a frente. Fonte: *youtube*.

6.4 INVERSÃO: EMPREENDEDORES DESASSISTENCIALIZADOS

O deputado Vinicius Poit é um grande defensor do empreendedorismo. Pode ser entendido o verbo “empreender” como uma iniciativa contemporânea daquilo que, em outros tempos, compunha o contexto empresarial, ou seja, trata-se de uma vertente contemporânea para ressignificar o sentido de “empresa”. É recorrente colocar o sentido de “empreendedores” ao lado de “trabalhadores”, assim como faz o deputado Poit. Segundo Cesarino, trata-se de uma estratégia de governos populistas de direita, em que a relação entre sociedade e mercado mobiliza o significante “empreendedor”, “que substitui a solidariedade horizontal de classe por essa figura híbrida, em que o trabalhador se torna patrão de si mesmo” (CESARINO, 2020, p. 545). Nessa perspectiva, cabe trazer uma postagem do deputado Poit.

20. EMPREENDEDORES? A maioria não tem caixa sobrando, não está conseguindo pagar as contas, corre o risco de quebrar e ter que mandar muita gente embora. As consequências desse ciclo são DESASTROSAS! DESEMPREGO, POBREZA, VIOLÊNCIA... Que medidas tomar? Fonte: *twitter*

Pode-se afirmar que horizontalizar a figura do empresário é inverter a luta de classes. Trata-se, nesse sentido, de um arranjo neoliberal (CESARINO, 2019, p. 545).

No campo bolsonarista como na nova direita de modo mais amplo, trabalhadores e pequenos empreendedores são colocados do lado do mercado e dos grandes empresários – cuja imagem icônica durante a eleição talvez tenha sido o já citado dono das lojas Havan –, em oposição a um significativo vazio do inimigo associado à categoria quase residual do comunismo (que, como se sabe, tem sua “lista atualizada” renovada periodicamente para incluir aqueles que vão se colocando contra o líder, sendo assim excluídos do grupo)

O deputado menciona as *fintechs*, que são *startups* que visam à inovação no setor financeiro, caso dos bancos digitais, e defende que empreender tem a ver com vontade de trabalhar e para isso são necessárias “regulações amigáveis”, afirmando que tais regulações aliviam o peso que Estado supostamente exerce quando o cidadão empreende.

21. O Banco Central está usando um Laboratório de Inovação para incentivar startups financeiras, as chamadas fintechs. Startups são fundamentais para solução de problemas e, com isso, facilitam muito a vida da população. Esse é um grande passo para a abertura do mercado bancário.

22. Estamos ansiosos para começar as discussões do MARCO DAS STARTUPS na Câmara em 2020! Tem muita gente com VONTADE de TRABALHAR e EMPREENDER nesse ano. Precisamos melhorar o nosso ambiente de negócios com REGULAÇÕES AMIGÁVEIS, TIRANDO O PESO DO ESTADO das costas do cidadão!

6.5 BOQUINHA

Cesarino (2019) propõe que um dos significantes vazios do inimigo, a partir dos eixos retribuição e reconhecimento, nos termos de Fraser (1997), foi a expressão “mamata”. Segundo Cesarino (2019, p. 544), o termo “traçou uma equivalência firme entre demandas por reconhecimento através de políticas da diferença e grupos que sustentariam privilégios às custas dos impostos pagos por quem trabalha ‘de verdade’”. Há várias camadas de sentidos para o termo “mamata”. Para Cesarino, o “BNDES”, a “Lei Rouanet” e, também, segundo a gramática de Poit, os “sindicatos”. Nas palavras da autora:

Exemplos de figuras da “mamata” mobilizadas nos *memes* incluem a atriz feminista que desvia verbas públicas, o militante do movimento negro que vive de “mamar nas tetas” do Estado, o estudante esquerdista de universidade pública que explora os pais idosos, os homossexuais que “querem se valorizar

por isso” [...]. O significante vazio da “bolsa” foi bastante mobilizado, em memes alertando que “Haddad fez o bolsa travesti e deixou 100 mil crianças sem creche”, ou que presidiários, drogados e prostitutas ganhariam benefícios do Estado em valores muito superiores ao salário mínimo do trabalhador honesto. Outras variantes da “mamata” ou “boquinha” frequentes durante a campanha foram o “BNDES” e a “Lei Rouanet” – esta última colocada como real razão por trás da oposição de parte significativa da classe artística e da grande mídia ao nome de Jair Bolsonaro. (CESARINO, 2019, p. 544)

Para a autora, há variantes da expressão “mamata”, sendo uma delas a expressão “boquinha”, encontrada na gramática de Poit.

23. (...) Grandes sindicatos também não queriam perder **a boquinha** do imposto sindical. Fonte: *youtube* [grifos meus]

Esse posicionamento nos direciona para questões referentes à sindicalização. A proposta contemporânea de flexibilizar as regras trabalhistas tem consequências, como a vista anteriormente. A depender da ótica de análise, é possível “negociações trabalhistas entre empregador e empregado”, conforme mostra Poit. O deputado se mostra contra essas negociações quando somente feitas com “aval” dos “sindicatos”. Utiliza a predicação “absurda” como forma posicionar-se contra essa medida:

24. A liminar do Min. Lewandowski, do STF, para permitir NEGOCIAÇÕES TRABALHISTAS entre empregador e empregado APENAS COM AVAL dos SINDICATOS já INVIABILIZOU 1 MILHÃO DE ACORDOS! Retrocesso! Essa DECISÃO ABSURDA será votada no plenário do STF essa semana 16/04! Estamos de olho.

Nessa perspectiva, é possível expandir o significado de “boquinha” e passar a incluir também a “sindicalização”. Ambos os itens lexicais, quando indexicalizados pela gramática neoliberal, remetem a privilégios e regalias que, no imaginário da nova direita, pertencem ao Estado.

6.6 MERITOCRACIA

O autor sinaliza um filme de produção brasileira e, em letras de caixa alta, defende que não é preciso “cota” para a arte nacional e defende que o que é “bom se destacará por sem bom”. Aqui é relevante a referência “cota”, utilizada em caixa alta. É notável nos padrões gramaticais do deputado Poit que suas expressões são extremamente padronizadas, similares às da deputada Luisa Canziani. No entanto, recursos estilísticos como *emoticons* e letras garrafais são realizadas apenas nos padrões do deputado Poit.

25. O filme “Minha mãe é uma peça 3” BATEU RECORDE e se tornou o MAIOR SUCESSO de bilheteria da história do cinema brasileiro. Essa é a prova de que a gente NÃO PRECISA criar COTA para a arte nacional. O que é bom se destacará por ser bom, simples assim! Parabéns aos envolvidos.

A gramática de Poit nos leva a entendê-la como performativa. Certos padrões como “parabéns aos envolvidos” ou o uso recorrente de *hashtags* apontam para uma linguagem típica da produção performativa das redes – o que se tem chamado de realidade “paralela” ou alternativa – o que é permitido pela digitalização. Nesse contexto performativo, há sujeito influenciáveis que não distinguem a linguagem performativa da linguagem constativa. Segundo Cesarino (2020, p. 86),

[...] discurso populista e a memética digital apresentam hoje grande convergência em termos da sua linguagem essencialmente performativa, redundante e reducionista, com fortes componentes estéticos e afetivos. São linguagens que não descrevem uma realidade preexistente, mas geram efeitos sobre, e coproduzem, os sujeitos que comunicam. Essas também são características de habilidades neoliberais como autoajuda, *coaching*, assim como o empreendedorismo de si e o ranqueamento comparativo hoje difundidos em todos os domínios da vida (inclusive nas e pelas mídias sociais).

Nessa esteira, está o sujeito agenciador de si mesmo, cunhado pela neoliberalismo como o responsável pela sua história, ou, nas palavras do deputado Poit, a “atitude é o que importa”.

26. O @AMendoncaAGU assumiu o Ministério da Justiça e reforçou importância de exercer um TRABALHO TÉCNICO. Vamos ficar em cima, fiscalizar e cobrar essa postura. Novamente, a ATITUDE É O QUE IMPORTA. O ex AGU tem 47 anos, é de Bauru-SP, Doutor em Direito e Pós em Direito Público. Fonte: *twitter*

No entanto, a atitude não parece ser o suficiente, tendo em vista que, em contextos de crises, a atitude fica relegada à sensação de impotência. Em postagem, Poit mobiliza seus seguidores a fazerem “um pedido de presente” aos motoboys e ciclistas que vivenciam a crise de forma direta. Há quem defenda que motoboys e ciclistas configuram uma nova classe de trabalho, que não é regimentada pela CLT, ou seja, sem direitos assegurados ao trabalhador. Nesse sentido, pertencem ao neoliberalismo as novas modalidades de trabalho ou modalidades de trabalho alternativas, que também têm relação com o sujeito agente de si.

27. Já parou pra pensar em como, em meio a essa crise de coronavírus, você poderia ajudar os motoboys e ciclistas responsáveis por entregar sua comida? Que tal você fazer um pedido de presente pra eles? Fiz aqui! Quer saber a reação de quem recebeu? Dá uma olhada.

Essa ação proposta pelo deputado Poit seria a de o indivíduo atuar individualmente em contextos que outrora o Estado atua, ou seja, trata-se de redes de reciprocidade informais atuando no lugar do Estado.

6.7 SÍNTESE: GRAMÁTICA DO DEP. FEDERAL VINICIUS POIT E NOVO

Esta seção pretende sintetizar a análise feita dos padrões linguísticos do deputado federal Vinicius Poit feita nas seções anteriores. Pode-se afirmar que o deputado está inserido na perspectiva da tecnocracia de mercado, tendo em vista sua defesa pelo ideais mercadológicos. Seus posicionamentos estão relacionados às reformas, à privatização, à desburocratização etc. Além disso, insere-se na direção do neoliberalismo progressista, isto é, núcleos privados passam a atuar em funções antes atribuídas pelo Estado. Entende-se por núcleos privados, no caso do deputado, a presença de ONGs ou redes de reciprocidade informais.

Por outro viés, o ataque ao Estado é ação permanente nas condutas linguísticas do deputado. Alinhado ao estatuto de seu partido, o NOVO, o objetivo é trabalhar por um país onde haja mais liberdades econômica e individual, menor recolhimento de impostos, redução de privilégios, que geralmente estão associados ao funcionalismo público. Os privilégios, nesse sentido, compõem o eixo da diferença (Cesarino, 2019). De todo modo, a intenção é a de transferir as responsabilidades do Estado para o setor privado, conforme indica estatuto partidário.

Além disso, assim como na gramática do deputado Francischini, a fonte antagonística amigo-inimigo está também presente na gramática do deputado Vinicius. O deputado, ao fazer referência à mídia, por exemplo, mobiliza uma estética binária para traçar tal eixo: atribuída a cor vermelha ao inimigo. Essa atribuição é uma estratégia de governos populistas que visa atuar no plano das emoções e dos afetos por meio de símbolos, cores etc. Além da mídia, o Estado é tomado também como inimigo. Em trecho extraído do *youtube*, o deputado Poit elenca a Justiça do Trabalho e as leis trabalhistas como empecilhos para o empreendedor, desconstruindo a narrativa dos trabalhos de tipo fordista. Nessa direção, os significantes atribuídos ao inimigo são polissêmicos: a “mamata” e a “boquinha” relacionados ao sindicatos, por exemplo.

Por conseguinte, entende-se que a gramática do deputado Poit é também performativa, caracterizada por componentes estéticos e afetivos. Ainda, a inserção de

sua gramática em eixos como o do amigo-inimigo e o da diferença contribuem para tal performatividade.

7 CONCLUSÃO

Assumi nesta pesquisa, ao lado de Brown (2019), que o neoliberalismo não atinge apenas a esfera econômica, mas molda, também, a construção da subjetividade social. Essa subjetividade atinge a construção de identidades políticas, que foi defendida como uma “gramática neoliberal”. Essa gramática é configurada por padrões gramaticais e discursivos que apontam para uma linguagem performativa dotada de métodos que atuam no campo das emoções e afetos, no campo estético, e são reducionistas e redundantes (CESARINO, 2020). Para a autora, a gramática neoliberal sustenta um populismo digital. (CESARINO, 2019, 2020).

Nessa perspectiva, foi apresentada a contextualização histórica e teórica do neoliberalismo a partir, sobretudo, de Brown (2019), responsável por apontar as dinâmicas neoliberais em seu livro “Nas ruínas do neoliberalismo: a ascensão da política antidemocrática no ocidente” bem como compreender como o neoliberalismo é incorporado à identidade da nova direita no Brasil.

Para isso, foram mapeados os padrões gramaticais do deputado federal Vinicius Poit (NOVO/SP), do deputado federal Felipe Francischini (PSL/PR) e da deputada federal Luisa Canziani (PTB/PR), além de serem analisados os documentos oficiais dos partidos aos quais são filiados. Esse mapeamento digital permitiu compreender a “gramática neoliberal” como trajetórias textuais, em que ordem de indexicalidade e processos de entextualização permitem que a gramática neoliberal percorra os espaços digitais.

Constatou-se que os padrões gramaticais e discursivos dos três representantes partidários apontam para uma gramática que utiliza estratégias linguísticas para atingir o público eleitor, o que confirma a ideia de a espontaneidade dentro das mídias digitais ser orientada para um populismo digital. Nesse sentido, cabe organizar as gramáticas das figuras investigadas em três vertentes neoliberais: a deputada federal Luisa Canziani atua por um viés tecnocrático-populista, o deputado federal Felipe Francischini incorpora um tom militarizado, e o deputado Vinicius Poit se insere no eixo da tecnocracia de mercado.

A hipótese de que os três representantes partidários selecionam padrões linguísticos performativos foi corroborada, sobretudo, com base em Cesarino (2019, 2020, 2021), pois estratégias como emotivas, estéticas, reducionistas e de redundância foram encontradas na identidade da nova direita brasileira.

Além disso, foi verificada uma variação na gramática neoliberal das figuras públicas: a deputada Canziani aponta para uma gramática [+ liberal], [+/- conservador], [+ polido] e [- inovador]; o deputado Francischini configura sua gramática como sendo [+ liberal], [+ conservador], [- polido] e [- inovador]; e, por fim, o deputado Poit mostra um perfil [+ liberal], [- conservador], [+/- polido] e [+ inovador]. Os itens lexicais que serviram para a definição anterior são diversos, mas sempre dentro do mesmo conjunto ideológico: a deputada Luisa defende pautas como a inovação e tecnologia; o tecnicismo educacional, a educação domiciliar como direito democrático, as privatizações, o empreendedorismo feminino, as reformas na máquina pública, a desburocratização, a posse de armas etc.; o deputado Felipe toma como pauta o *homeschooling*, a liberdades econômica e individual; o patriotismo, a posse de armas, a inovação e tecnologia etc.; e, por fim, as defesas do deputado Poit são o empreendedorismo, a tecnologia e inovação; a meritocracia; o sujeito agenciador de si; a redução de privilégios etc.

Ainda, observou-se que há o alinhamento entre representantes partidários e documentos oficiais dos partidos aos quais são filiados. No caso do PTB, partido originário da era Vargas, há a defesa de privatizações e redução do Estado, além de uma forte resistência à “expansão” do comunismo. Já os documentos oficiais do PSL indicam, nos moldes do pensamento coletivo neoliberal, uma leal relação entre ideologia partidária e agenda neoliberal, sobretudo no que tange à defesa feita por Hayek sobre a razão e a moral. Por fim, foram analisados os documentos oficiais do NOVO, o qual defende a transferência da responsabilidade do Estado para empresas privadas. Nessa perspectiva, objetivam menor recolhimento de impostos, reforma da máquina pública, e mostram-se contrários à noção de privilégios, comumente associada ao funcionalismo público.

8 REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Jeffrey C. **Vociferando contra o Iluminismo**: a ideologia de Steve Bannon. Revista Sociologia Antropologia, v. 08.03. Rio de Janeiro, 2018.

BARBOSA, Luciane Muniz Ribeiro. **Homeschooling no Brasil**: ampliação do direito à educação ou via de privatização?. Revista Educ. Soc., v. 37, n. 134. Campinas, 2016, p. 153-168.

BRAGA, Adriana. **Técnica etnográfica aplicada à comunicação online**: uma discussão metodológica. UNirevista, vol. 1, n. 3, 2006.

BROWN, Wendy. **Nas ruínas do neoliberalismo**: a ascensão da política antidemocrática no Ocidente. Tradução de Mario A. Marino e Eduardo Altheman C. Santos. Editora Filosófica Politeia: São Paulo, 2019.

_____. **Neoliberalismo**: Estamos diante de um novo capítulo. Entrevista com Wendy Brown. Tradução de Cepat. Revista CTXT, 2017. Disponível em <http://www.ihu.unisinos.br/78-noticias/574278-neoliberalismo-estamos-diante-de-um-novo-capitulo-entrevista-com-wendy-brown>. Acesso em 14 de maio de 2020.

CESARINO, Letícia. **Identidade e representação no bolsonarismo**: corpo digital do rei, bivalência conservadorismo-neoliberalismo e pessoa fractal. Revista de Antropologia, v. 62. USP, 2019.

CESARINO, Letícia. **Como vencer uma eleição sem sair de casa**. Internet e Sociedade, v. 1, n. 1, 2020a.

CESARINO, Letícia. **Pós-verdade e a crise do sistema de peritos**: uma explicação cibernética. Ilha, v. 23, n. 1. UFSC, 2021. p.73-96.

FREITAS, Letícia F. Richthofen; e MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Vivenciando a outridade**: escalas, indexicalidade e performances narrativas de universitários migrantes. Revista Brasileira de Linguística Aplicada, volume 19, n. 1, 2019. p. 147-172.

FRASER, Nancy. **How Feminism Became Capitalisms Handmaiden – and How to Reclaim It**. The Guardian Journal, 2013. Disponível em <<https://www.theguardian.com/commentisfree/2013/oct/14/feminism-capitalist-handmaiden-neoliberal>>. Acesso em 04 de julho de 2021.

FRASER, Nancy. **From redistribution to recognition? Dilemmas of justice in a ‘postsocialist’ age**. In: S. Seidman; J. Alexander. (orgs.). **◆e new social theory reader**. Londres: Routledge, 2001. pp. 285-293.

GAITHER, M. **Homeschooling in the USA**: past, present and future. Theory and Research in Education, 2009. pp. 331-346.

GONZALEZ, Clarissa; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Reflexividade metapragmática sobre o cinema de Almódovar numa interação online: indexicalidade, escalas e entextualização.** Trab. Linguística Aplicada, n. 57.2. Campinas, 2018. pp. 1102 e 1136.

HARVEY, David. **A razão neoliberal: história e implicações.** Tradução de Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5ª edição. Edições Loyola: São Paulo, 2008.

KALIL, Isabela Oliveira. **Quem são e no que acreditam os eleitores de Jair Bolsonaro.** Fundação Escola de Sociologia e Política de São Paulo, 2018.

MELO, Glenda Cristina V.; MOITA LOPES, Luiz Paulo da. **Você é uma morena muito bonita: a trajetória textual de um elogio que fere.** Trabalhos em Linguística Aplicada. Campinas, 2015. p. 53-78.

OSTRY, Jonathan D.; LOUNGANI, Prakash; FURCERI, Davide. **Neoliberalism: oversold?.** Magazine Finance and Development, 2016.

PARTIDO NOVO (NOVO). **Estatuto do NOVO.** Disponível em: <https://novo.org.br/wp-content/uploads/2020/06/Ata-142239-Estatuto-do-Partido-NOVO-aprovado-em-26-04-18.pdf>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PARTIDO TRABALHISTA BRASILEIRO (PTB). **Estatuto do PTB.** Disponível em: <https://ptb.org.br/PTB/programa-e-estatuto-do-ptb/>. Acesso em: 11 dez. 2020.

PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL). **Estatuto do PSL.** Disponível em: <https://psl.org.br/opsl/#estatuto-normas>. Acesso em: 11 dez. 2020

PINTO, Joana Plaza. **É só mimimi?: disputas metapragmáticas em espaços públicos online.** Revista Indisciplinar, volume 31. São Cristóvão, 2019.

PINTO, Joana Plaza; AMARAL, Daniella do. **Corpos em trânsito e trajetórias textuais.** Revista Anpoll, n. 40. Florianópolis, 2016. p. 151-164.

POLANIY, Karl. **A grande transformação: as origens da nossa época.** Elsevier, 2000.

POLIANOV, Beatriz. **Etnografia virtual, netnografia ou apenas etnografia? Implicações dos conceitos.** Revista Esferas, UFF, 2013.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO n. 135, de 2019. **PEC 135/2019.** Brasília, DF: Câmara dos Deputados. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2220292>

ROCHA, Camila. **Direita em rede: think tanks de direita na América Latina.** In: CRUZ, Sebastião Velasco; KAYSEL, André; CODAS, Gustavo. **Direita Volver! O retorno da direita e o ciclo político brasileiro (orgs.).** Fundação Perseu Abramo, 2015.

ROCHA, Camila. 2018. **O boom das novas direitas brasileiras: financiamento ou militância?**. In: GALLEGO, Esther Solano (org.). O ódio como política: a reinvenção das direitas no Brasil. São Paulo, Boitempo, 2018.

ROCHA, Camila. **Menos Marx, Mais Mises: uma gênese da nova direita brasileira (2006-2018)**. Tese de Doutorado. USP, 2018.

RODRIK, Dani. **Rescuing economics from neoliberalism**. Boston Review: a political and literature, 2017. Disponível em: <http://bostonreview.net/class-inequality/dani-rodrik-rescuing-economics-neoliberalism>. Acesso em 14 de maio de 2020.

SCALCO, Lúcia; RIBEIRO, Marco. **Tecnologias que afetam: os usos cotidianos de artefatos eletrônicos em uma perspectiva etnográfica**. Revista Antropolítica, n. 42, Niterói, 2017. pp. 66-91.

SILVA, Daniel do Nascimento. **O texto entre a entextualização e a etnografia: um programa jornalístico sobre belezas subalternas e suas múltiplas recontextualizações**. Linguagem em (Dis)curso. Volume 14. Tubarão, 2014. p. 67-84

SILVA, Daniel do Nascimento; LOPES, Adriana do Nascimento. **“Yo hablo un perfecto portuñol”**: indexicalidade, ideologia linguística e desafios da fronteira a políticas linguísticas uniformizadoras. Revista Abralín, Volume 2, n. 1, 2018. p. 144-180

